novas da galiza

número **186**
Fevereiro 2020
3 euros

acontece
Convocatórias descentralizadas para o 8M 7

os pés na terra
As consequências da desecaçom de Antela 12

a terra treme
A realidade do aborto em El Salvador 18

andrés cachón

8 a 11

Revolta e nova constituiçom em Chile

O Governo propom umha mudança constitucional para apagar as revoltas encetadas em outubro no país sudamericano; os movimentos populares nom confiam nesta via.

EM MOVIMENTO / **16**

“O ‘Pensa Lugo’ nasceu para criar umha imprensa contrahegemónica”

Lugo está a ponto de receber um novo meio de comunicaçom, o jornal bimensal *Pensa Lugo*, nascido dos movimentos sociais desta cidade. A redatora Andrea Ledo explica o nascimento e a forma de organizaçom deste projeto, o qual quer também chegar às portas do rural. “Queremos contribuir a mudar a realidade, pois os meios de comunicaçom criam imaginários sociais”, assinala Ledo.

OS PÉS NA TERRA / **14**

Comunidade de Montes de Tameiga perante o centro comercial do Celta de Vigo

Desde 2018 a Comunidade de Montes de Tameiga e as comunidades de águas desta paróquia do concelho de Mós enfrentam-se ao projeto do Real Club Celta de Vigo SAD para construir um centro comercial nos seus montes. A alcaldesa Nidia Arévalo, do PP, promoveu umha modificaçom do PGOM que permitiria a operaçom urbanística, que afetará especialmente às traídas vizinhais de águas.

CONSELHO DE REDAÇOM/ Aarón L. Rivas, Alba Moledo, Charo Lopes, Isaac Lourido, Elena Martín Lores, Maria Álvares, Maria Rodinho, Raquel C. Pérez, Xian Naia S., Xoán R. Sampedro.

OPINIOM/ Isaac Lourido
OS PES NA TERRA/ Aarón L. Rivas
O BOM VIVER/ Conselho de Redaçom

CORREÇOM LINGÜÍSTICA/ Xian Naia S., Fernando V. Corredoira, Vichu García Torea, Rosa Casais, André Taboada Casteleiro
MAQUETAÇOM/ Novas da Galiza
COORDENAÇOM DE IMAGEM/ Charo Lopes
ADMINISTRAÇOM/ Miguel Valcarcel

COLABORAM NESTE NÚMERO/ Aranxa Vicens, David Soto, Santiago Quiroga, Carmen Ibarra, Damián Copena, Sabela Iglesias, Ena Barbazán, Iago Carro, Portal Galego da Língua, Iolanda Aldrei.

FECHO DE EDIÇOM 24/02/2020

EDITA/
Associaçom Cultural Minho Media

SUBSCRIÇONS/
assinantes@novas.gal

Os conteúdos deste jornal som de livre reproduçom, sempre que se citar procedência e se respeitar a opçom normativa

DEPÓSITO LEGAL / C-1250-02

EDITORIAL / Chile revolta-se

Os protestos que agitárom Chile no passado outono tivérom repercussom internacional e ainda hoje estám a condicionar o presente político do estado sul-americano. A suba do preço dos bilhetes do transporte público foi o detonante de umhas mobilizaçons que começam no passado outubro e conseguírom integrar um discurso radical e crítico numha sociedade com altas desigualdades sócio-económicas.

Encetou-se saltando os acessos ao comboio sem pagar e chegárom a arder as estaçons de metro, bancos, grandes superfícies e até a sede central da companhia elétrica ENEL... Em ocasions pola mao das manifestantes e outras vezes da polícia, para facilitar a repressom, segundo relatam as ativistas. As cifras som assustadoras: 32 pessoas mortas, mais de 8800 pessoas detidas, mais de 3400 civis hospitalizadas e feridas de diverso grau e centos de relatos de torturas por parte das Forças Armadas.

Com algo mais de 18 milhons de habitantes, a ex-colónia espanhola, independente formalmente desde o ano 1818, reúne umha história política de opressom e imperialismo que chega até hoje, após a "morna" transiçom política em 1990 depois da ditadura de Augusto Pinochet.

O estudantado, as mulheres e os povos originários (só o povo mapuche conta mais de um milhom setecentas mil pessoas no estado chileno), colhem protagonismo nuns movimentos populares diversos e com um alto nível de auto-organizaçom –som dúzias de milhares as pessoas que moram em terrenos ocupados, denominados "tomas"– e a capacidade de resposta violenta colocou o Estado no limite, chegando a ser decretado o estado de sítio: "Estamos em guerra contra um inimigo poderoso que nom respeita nada nem ninguém", declarava o presidente do governo Sebastián Piñera.

Neste número do Novas da Galiza contamos com um texto escrito por umha ativista chilena, numha aproximaçom em primeira pessoa ao contexto político, que enfrenta umha proposta de mudança constitucional após as revoltas dos últimos meses.

alto falante
altofalante@novas.gal

Pola retirada da simbologia franquista

Desde o Coletivo Portalém queremos expressar o nosso rejeitamento perante a nova negativa do Partido Popular de Cerdedo-Cotobade a retirar a simbologia de exaltaçom do franquismo ainda presente no espaço público. De novo caiu a máscara de galeguista e democrata com a que pretende disfarçar-se o alcalde Jorge Cubela, demonstrando o seu alinhamento total com a extrema-direita que representa o seu partido.

A vizinhança de Cerdedo e Cotobade perdemos, umha vez mais, a oportunidade de que as nossas ruas e caminhos fiquem livres de placas, fontes e outros elementos que fam apologia da ditadura e das pessoas que a representárom e mesmo fôrom partícipes da repressom desatada em 1936 contra vizinhos e vizinhas que só luitavam por umha sociedade justa e livre. Perdemos a oportunidade de que no espaço público que compartilhamos, todas nos sintamos à vontade e representadas.

Para Cubela e o Partido Popular sempre há escusas para nom aprovar as moçons relacionadas com a memoria histórica ou deixá-las, na prática, em nada. Nada se avançou desde a anterior moçom apresentada no concelho e, agora, rejeita com pobres e falsas escusas a moçom apresentada polo grupo do BNG (e que contou com a colaboraçom do nosso coletivo na sua elaboraçom) e apoiada polos representantes do PSOE. Esta resistência a qualquer avanço no caminho do reconhecimento e reparaçom das vítimas do franquismo e no restabelecimento da verdade histórica retrata a sua verdadeira cara.

O Coletivo Portalém seguirá a trabalhar pola recuperaçom da memória popular e antifascista, pola limpeza e dignificaçom do espaço público e polo reconhecimento das luitadoras e luitadores da nossa história repressaliados polo fascismo.

Coletivo Portalém /
Terra de Montes,
em 3 de fevereiro de 2020

Breve introduçom ao antirracismo

ARANXA VICENS

Dei muitas voltas ao artigo com que me queria estrear neste meio e acho que o mais interessante que podo achegar a um público na sua maioria branco é o desglosamento da minha realidade, da realidade das outras. O racismo é um tema que muitas vezes esquecemos nas assembleias, nos congressos, na vida quotidiana. Assumimos que nom somos racistas, que somos *antifas* e, portanto, que todo nazi será vetado nos nossos círculos, mas ninguém pensa que ser *antifa* nom significa ser antirracista, enquanto que ser antirracista sempre implica umha luita anticolonialista (que abrange todo o nosso sistema estrutural capitalista).

O ponto chave do assunto é que, enquanto tu podes escolher, nós, migrantes, racializadas, negras etc., apenas polo facto de existir já somos resistência. Somos opositoras natas do sistema. O único jeito que temos para nom estorvar é alienar-nos e, ainda assim, pola nossa aparência, seguiremos a ser incómodas para esta, a nossa sociedade moderna. Dito isto, direi que o antirracismo incomoda. A nossa realidade e existência exigem um olhar ao espelho por parte das pessoas eurobrancas. E ninguém gosta de que lhe movam os ideias.

Há muitos séculos, um senhor rimbombante colonizou as nossas terras, descobriu que nelas havia ouro e pedras preciosas e, sobretodo, mao de obra de balde. O senhor começou o que seriam séculos de escravatura indígena e negra na Europa, levando dum continente a outro milhares de nativos. Se isto nom avondava, um grupo de senhores uniu-se para falar das condiçons de vida destes novos espécimenes e debatérom sobre temas tam profundos como se o de pele mais clara tinham a metade de alma que eles, ou se os negros por ser tam negros nom tinham alma nengumha. Depois de barrenarem nesse debate, figérom umha lavagem de cara com as Leis de Índias.

mariamo

O racismo é um tema que muitas vezes esquecemos nas assembleias, nos congressos, na vida quotidiana

Estas leis surtírom efeito e os escravos mais claros de pele tivérom umha escravidom "mais cómoda" que os escravos negros. Todo isto estivo justificado na história colonial pola necessidade de manter a cristandade como eixo da vida do homem. Porque, claro, respeitavam o direito consuetudinário indígena sempre e quando nom se opugesse aos princípios cristaos ou ao estabelecido nas leis hispânicas e, obviamente, ao uso das pessoas negras. Desta maneira, os colonos começárom a cristianizar os indígenas e, graças a isso, acabárom com toda construçom da sua identidade. Desumanizárom os indígenas para os poderem modelar com as suas doutrinas religiosas.

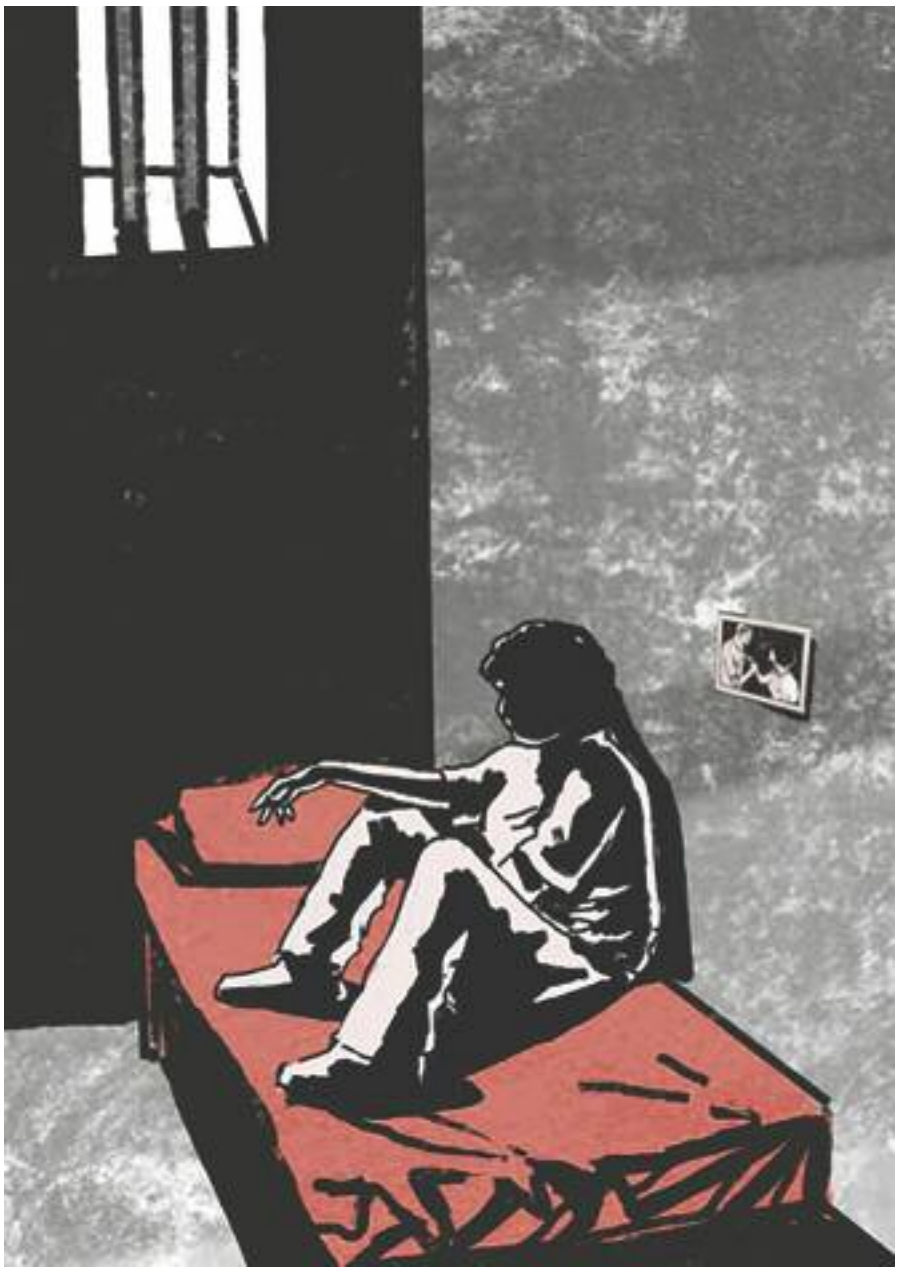
Em 2020 seguimos a arrastrar as dinâmicas coloniais e, graças à conversom dos nativos há séculos, tamém as reproduzimos quem nascemos nesses territórios colonizados

De volta a 2020, seguimos a arrastrar as dinâmicas coloniais e, graças à conversom desses nativos há séculos, tamém as reproduzimos quem nascemos nesses territórios colonizados. O colorismo (a discriminaçom pola cor de pele), a estigmatizaçom, os estereótipos, a propaganda política (implícita ou explícita) nos meios de comunicaçom, o individualismo e a aceleraçom da globalizaçom fai com que haja cada vez mais rejeitamento à alteridade ou, no seu defeito, mais roubos do nosso discurso para fazer umha lavagem de cara das instituiçons públicas e das organizaçons políticas. Parece que fai falta umha breve (ou nom tam breve) introduçom ao racismo para todes.

Aranxa Vicens é migrante e ativista antirracista, fai parte do coletivo 'Resistencia en Terra Allea' e tem colaborado com o 'SOS Racismo Galicia' e com o 'Foro Galego de Inmigración'.

Umha repressom invisível?

DAVID SOTO



Existe em Direito Processual um princípio fundamental: o de publicidade. Significa que com caráter geral os juízos devem ser abertos ao público. Nom é mais que umha garantia frente ao exercício desmesurado do poder por parte do Estado. Ali onde ninguém observa, é muito mais fácil o excesso. Isto manejava-o mui bem a Inquisiçom nos seus tempos: o processo era secreto até a emissom da condena.

Que um juízo seja público implica que qualquer pessoa o pode presenciar. Contodo, até aqui existem diferenças entre democracias. Contou-me um amigo alemám que no seu país se pode entrar na sala de vistas a qualquer momento. No Reino de Espanha o auxiliar judicial chama o público justo antes de cada audiência, após ordem do juiz ou da juíza. Em qualquer dos casos: o importante é que qualquer pessoa pode presenciar umha audiência, até as organizaçons polos direitos civis.

Tenho assistido a uns quantos juízos, como observador para Esculca. O mais renomeado é o do procés catalám. Porém, hoje quero falar doutro assunto, até certo ponto desconhecido, que tivo lugar meses antes daquele. Foi na Corunha e o acusado era o que costumamos conhecer como um "preso comum", em contraposiçom aos presos políticos. Embora, como reivindicava a COPEL, os presos –e as presas– comuns tamém som presos políticos.

O acusado era de longe, mas levava anos na Galiza. Ainda nom chegara aos cincuenta anos, mas aparentava uns quantos mais, devido com certeza a umha antiga adiçom. Era fraco, até descarnado, um tanto desalinhado no vestir, mas extremamente cortês. O seu olhar taciturno, que assomava por cima duns óculos caídos –estava algemado e nom podia subi-los por si próprio–, transmitia inocência. Talvez nom a inocência dum delito concreto, mas sim inocência frente a um percurso vital cru, áspero, injusto. Fiquei surpreendido ao saber que entrara na prisom mui novinho, por um pequeno furto, mas que desde aquela passara muito mais tempo do outro lado das grades que em liberdade. Como ele, houvo milhares com a mesma expetativa vital nom há tantos anos, quando os opiáceos devastárom geraçons inteiras que desaparecérom em silêncio nas prisons onde já nom rege a publicidade.

Os juízos devem ser abertos ao público, como garantia frente ao exercício desmesurado do poder por parte do Estado

O objeto do juízo era um atentado à autoridade: vários funcionários de prisons alegavam terem sido agredidos polo acusado. Quando começou o juízo, a auxiliar esqueceu chamar o público. Mas finalmente entrámos. Como era de esperar, a sentença foi de condena. Mais umha. Apesar de todo, soubem que o nosso amigo tinha umha razom para a esperança: após dúzias de tentativas falidas, o julgado de instruçom de Betanços aceitara a trâmite umha denúncia do preso por ter recebido maus tratos. Um amigo seu –um rapaz estremenho, mui novo, ativista contra a prisom– dixo-me que aqueles dias estava contente, apesar de todo.

Nom há tantos anos, os opiáceos devastárom geraçons inteiras que desaparecérom em silêncio nas prisons onde já nom rege a publicidade

Após dúzias de tentativas falidas, o julgado de instruçom de Betanços aceitara a trâmite umha denúncia do preso por ter recebido maus tratos

O dia em que devia declarar nom puido ir até Betanços: as autoridades decidiram nom transladá-lo e no julgado de Betanços agendárom outro dia. Pouco antes da data, o amigo falou com ele ao telefone: continuava feliz, sentia que por fim se ia fazer justiça, e o ambiente na prisom melhorava por vezes. Aquela noite morreu só na sua cela. As autoridades da prisom falárom numha emboscada para agredir os funcionários, mas nom descartavam o suicídio. Em Betanços a causa foi arquivada.

Escreveu Harper Lee em *Matar um rouxinol* que em Alabama só as crianças choram quando o sistema penal comete umha injustiça contra um negro. Talvez deveríamos perguntar-nos quem é que chora hoje e aqui.

David Soto é membro de Esculca e professor de Direito na Universidade da Corunha.

DEFESA DA TERRA /

Touro-Pino: a luita vizinhal continua

A Junta da Galiza resolveu negativamente a Declaraçom de Impacto Ambiental do projeto de exploraçom mineira da empresa Cobre San Rafael

redaçom
conselho@novas.gal

No passado 28 de janeiro a notícia corria polas redes sociais, a Junta vinha de resolver negativamente a Declaraçom de Impacto Ambiental (DIA) do projeto de exploraçom mineira da empresa Cobre San Rafael nos concelhos de Touro e Pino. Seria uns dias mais tarde, no dia 7 de fevereiro, quando será publicado no Diário Oficial da Galiza (DOG) o anúncio da publicitaçom do relatório.

Para a Plataforma Vizinhal 'Mina Touro-Pino Nom' trata-se de um momento de celebraçom, mas tenhem claro que a luita em defesa da recuperaçom dos terrenos em que esteve localizada a antiga mina nom remata aí. Assim, tanto esta plataforma como as associaçons 'Cova Crea' ou 'O Petón do Lobo', apresentárom petiçons no Parlamento Europeu. Da plataforma exponhem, numha nota de imprensa dias depois de conhecer-se a resoluçom da DIA, que "as três petiçons registadas e debatidas na Comissom de Petiçons em novembro de 2019, permanecem atualmente abertas e à espera da visita de umha delegaçom europeia que analise e avalie 'in situ' os danos ao meio ambiente causados pola exploraçom mineira fechada há mais de 30 anos e polas atividades desenvolvidas na atualidade polas empresas localizadas dentro dos terrenos da antiga mina".

Segundo informam da Plataforma, foi precisamente através de Europa que conhecérom que a resoluçom negativa da DIA do projeto mineiro de San Rafael seria publicada no DOG no dia 7 de fevereiro. A ex-ministra espanhola de Saúde e atual presidenta da Comissom de Petiçons do Parlamento Europeu, Dolors Monserrat, emitia para os coletivos peticionários um escrito da conselheira de Meio Ambiente, Ángeles Vázquez, em que comunicava a resoluçom da DIA "aos efeitos da decisom que se adote ao respeito das petiçons relacionadas com o projeto que foi objeto da declaraçom ambiental".

As reivindicaçons vizinhais nom rematam com esta vitória. Da Plataforma lembram que "a situaçom atual na contorna da mina segue a supor umha vulneraçom da Diretiva Marco Europeia da Água e da Diretiva Europeia sobre Gestom de Resíduos de Indústrias Extrativas, produzindo-se, mais de 30 anos depois do feche de umha exploraçom, drenagens ácidas". Assim, "a plataforma nom só solicitará que se mantenha aberta a petiçom, senom que insistirá na necessidade de umha visita de inspeçom europeia a Touro e outras minas galegas onde se evidencia a vulneraçom sistemática destas diretivas", concluem na sua nota de imprensa.

> A Plataforma 'Mina Touro-Pino Nom' insiste na necessidade de umha inspeçom europeia nos terrenos e águas afetados pola atividade mineira

Impacto nas águas

A Declaraçom de Impacto Ambiental da Junta da Galiza fundamenta a sua resoluçom negativa na pressom que sobre os sistemas fluviais suporia a reativaçom da atividade mineira na zona e também na falta de medidas de gestom no projeto apresentado por San Rafael em caso de um acidente. "As medidas de prevençom e gestom da contingência semelham limitar-se a justificar que o sucesso nom se produzirá", indica a DIA.

MOBILIZAÇOM /

Manifestaçom multitudinária em defesa da saúde pública

santiago quiroga
www.galizalivre.com

Milhares de pessoas assistírom à manifestaçom convocada pola Plataforma SOS Sanidade Pública contra os cortes derivados da reforma da Lei Galega de Saúde, aprovada unicamente polo Partido Popular que, segundo o porta-voz da Plataforma Manuel Martín: "pretende transformar o sistema sanitário numha oportunidade de negócio para as empresas multinacionais e os fundos de investimento que pugérom os seus olhos na Saúde Pública Galega deteriorando-a, desmantelando-a e privatizando-a".

A manifestaçom saiu às 12 horas da Alameda com as palavras de ordem: "nom somos números, somos pessoas", "Feijoo escuita, o povo está em luita", "Feijoo atende a saúde nom se vende, aqui está o povo que a defende".

O percurso acabou na Praça da Quintá com a leitura do manifesto da mao do dramaturgo Quico Cadaval, quem assinalou: "os recortes de pessoal, orçamentos e equipamento nos Centros de Saúde figérom com que se perdesse qualidade e capacidade resolutiva, enquanto a populaçom doente deve esperar dias ou semanas para ser atendida nos mesmos". Também houvo momentos para lembrar a luita contra o feche da sala de partos de Verim e o deterioro dos serviços de saúde no rural.

> Manuel Martín (SOS Sanidade Pública): "O PP pretende transformar o sistema sanitário numha oportunidade de negócio para as empresas multinacionais e os fundos de investimento"

Finalmente o ator e diretor denunciou o estado lamentável das listagens de aguarda que "continuam a juntar milhares de doentes pendentes de consulta, provas de diagnose e cirurgia", servindo de justificaçom para "enviar milhares de pacientes a hospitais privados e concertados".

O encerramento do ato contou com as intervençons das poetas Lucia Aldao e Maria Lado; junto a Aurora Sola, ativista da Plataforma pola Defesa da Sanidade Pública de Monterrei.

FEMINISMO /

Um novo 8M para luitar na rua

O calendário de mobilizaçons conta com duas datas centrais: o 1 de março e o próprio dia 8 com atos e concentraçons em todas as comarcas

redaçom
conselho@novas.gal

xoán carlos gil

À s portas do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, o feminismo galego e as organizaçons sindicais estám a organizar um calendário de mobilizaçons que contará com duas datas centrais: domingo 1 de março em Verim e domingo 8 de março em todas as comarcas do país. Nesta ocasiom, o feminismo aglutinado em Galegas 8M nom promoverá a convocatória de umha greve de mulheres, enquanto essa convocatória estará presente através de centrais sindicais como a CUT.

A mobilizaçom que convocam Galegas 8M para o domingo 1 em Verim, para a qual estám a organizar-se autocarros de todas as comarcas do país, continua com a aposta na descentralizaçom do movimento feminista, depois de que as anteriores convocatórias fossem celebradas em Vigo e em Lugo. "Através desta convocatória solidarizamo-nos com a luita exemplar que desempenhárom as companheiras de Verim perante a privatizaçom e precarizaçom dos serviços públicos de saúde, denunciando a violência institucional que exercêrom durante meses contra as mulheres da comarca, fechando a sala de partos e as urgências pediátricas; obrigando às maes e as crianças neonatas a deslocarem-se para o hospital de Ourense, por umha decisom patriarcal baseada em critérios políticos e económicos", justificam Galegas 8M num comunicado.

No referente ao próprio 8 de março, neste ano o coletivo Galegas 8M "consideramos que é necessário pôr o foco da atençom nos eixos em que encontramos mais dificuldades para levar a cabo a greve: os cuidados e o consumo. Assim, acordamos nom convocar greve para o vindoiro 8 de março e fazer umha aposta no debate e na mobilizaçom social, pondo os cuidados no centro das nossas reivindicaçons", tal como expom no seu comunicado. A palavra de ordem de Galegas 8M neste ano será 'Sem cuidados nom há vida. Mudando o sistema, derrubando o patriarcado', incluindo também nas suas reivindicaçons o cuidado do meio ambiente e do território.

Organizaçons sindicais

Na linha do acordado por Galegas 8M, a CIG vem de apresentar a sua campanha 'Invisíveis e precárias. Pola valorizaçom dos trabalhos de cuidados' e chamar às mobilzaçons convocadas polas Galegas 8M. Com a campanha, apresentou-se também o 'Relatório da situaçom sócio-laboral das mulheres na Galiza 2019', realizado polo gabinete de economia desta central sindical. Desses dados, a CIG desprende que o perfil atual de mulher trabalhadora é "assalariada no setor serviços, com um salário situado no tramo dos mais baixos e responsável, ademais, do cuidado de menores ou pessoas dependentes".

> A convocatória de greve para o 8 de março estará presente através do sindicato CUT, que registou a convocatória no passado 31 de janeiro

Porém, a convocatória de greve para este 8 de março estará presente através do sindicato CUT, quem registou a convocatória no passado 31 de janeiro. "Domingo é um dia laborável para as mulheres mais precarizadas e vulnerabilizadas polo sistema capitalista e patriarcal. O facto deste 8 de março quadrar em domingo converte-se numha oportunidade para visibilizar e colocar no centro estas trabalhadoras", expom na sua web esta central sindical. Entre os motivos que exponhem para esta convocatória encontra-se a consideraçom de que esta é a única forma para todas as mulheres puderem participar das greves de cuidado e de consumo.

no foco

CHILE / AS CAUSAS DA REVOLTA

jorge osorio

O que está a acontecer em Chile?

carmen ibarra

Umha revolta com repercussons internacionais começou há cinco meses no estado chileno e nom parece dar marcha atrás. Com um apoio popular generalizado e a legitimidade do estado amplamente questionada, este levantamento é umha luz de esperança para toda América. A amplitude de espetro ideológico das resistentes e a tentativa do poder de isolar as vozes mais radicais mediante reformas inócuas, som junto com a repressom mais clássica –assassinatos, desapariçons e queima de pessoas– as armas do governo contra o seu povo, quem nom parece ter vontade de ceder nem deixar-se enganar.

Desde a ditadura militar de Pinochet a este passado outubro de 2019, com Piñera no poder, passárom 47 anos. Contodo, a ditadura nom cessou: a história repete-se e som os mesmos de sempre, que nom duvidam em utilizar todo o aparato coercitivo contra a populaçom que se revela.

No passado mês de novembro, como consequência das massivas manifestaçons de iniciadas em outubro, anunciou-se um acordo político por parte do governo para gerar umha nova constituiçom que substitua a vigente, de 1980. Para este processo haveria um plebiscito de entrada, convocado para o 26 de abril deste ano, a criaçom dumha convençom constitucional encarregada da redaçom e um plebiscito ratificatório. No passado 24 de dezembro foi publicada a reforma constitucional que habilita o início do processo constituinte.

Reforma constitucional

Nom é a primeira vez que os governantes anunciam um processo constituinte no país, para dar aparência de participaçom ao exercício do seu poder sobre o povo. Existem antecedentes desde 1833, com a denominada '*Gran Convención Constitucional*' ou em 1925, constituiçom aprovada sem existir parlamento, redigida por umha comissom designada polo presidente.

A última constituiçom chilena é do 1980. Umha comissom denominada Ortúzar foi o organismo encarregado de preparar o anteprojeto deste texto constitucional em 1973 após a queda do presidente Salvador Allende. Ainda que se poderia considerar a comissom de Jaime Guzmán, senador e colaborador de Pinochet durante a ditadura, pois foi basicamente ele quem estabeleceu as bases do texto. Foi aprovada com maioria grande num plebiscito ilegítimo, nom existindo censo nem institucionalidade eleitoral.

Em 2005, após vários dias de protestos, Ricardo Lagos, presidente chileno na altura, realiza mudanças aparentes na constituiçom, que seriam piores devido à criaçom dum tribunal constitucional. Este tribunal parali-

CHILE / AS CAUSAS DA REVOLTA

Em 1973 a CIA levou a cabo um golpe de estado junto com um grupo de militares liderados por Augusto Pinochet

'Performance' durante as manifestaçons a denunciar que mais de 300 pessoas ficaram cegas ou sem um olho nas cargas policiais.

sou muitas leis, entre outras questionáveis práticas. Foi umha fraude. Vendeu-se como umha "nova constituiçom" e era a mesma de Pinochet e Guzmán.

É difícil entender a razom pola qual a populaçom chilena está a protestar com tanta insistência e porque o povo chileno desconfia do processo constituinte, anunciado polo governo presidido por Sebastián Piñeira, sem conhecer a sua recente história. Ainda mais, quando meios de comunicaçom nacionais e internacionais trabalham para desmerecerem protestos e para defenderem as elites económicas.

Golpe de estado e liberalizaçom da economia

Em Chile, entre os anos 50 e 60 desenvolvérom-se ideias políticas progressistas. Os governos investiam em saúde, ensino e industria. Em 1970 assome a presidência Salvador Allende. O seu mandato foi breve e acabou em 1973. A CIA levou a cabo um golpe de estado junto com um grupo de militares liderados por Augusto Pinochet. Começava umha ditadura militar que duraria até 1990.

Discípulos chilenos do economista liberal Milton Friedman, por petiçom e com financiamento do governo de Nixon, criam o texto chamado "*El ladrillo*". Após o golpe de estado por parte das forças armadas, o ditador Augusto Pinochet recebe este anteprojeto, de parte dos chamados *Chicago Boys*. Quem eram? Entre os anos 60 e 70, o governo de EUA entrega bolsas a partir dum convénio com a Pontifícia Universidade Católica de Chile (PUC) e a Universidade de Chicago. Também repartem bolsas entre estudantes do resto de América do Sul para aprender a teoria económica de livre mercado de Friedman. Estes primeiros estudantes, os *Chicago Boys*, dam aulas no Departamento de Económicas da PUC.

As medidas económicas fôrom rapidamente impostas, eliminando o controle das empresas, a venda de capitais estatais, tirando barreiras de importaçom e fazendo cortes em gasto público. O impacto da instauraçom destas políticas económicas e públicas provoca suba da inflaçom chegando a ser a mais elevada a nível mundial, afetando às camadas mais baixas. Em consequência instalou-se a fame em todo o território.

Os EUA repartiram nos 60 e 70 bolsas entre estudantes da América para aprender a teoria económica de livre mercado de Milton Friedman. Estes primeiros estudantes, os 'Chicago Boys', dam aulas no Departamento de Económicas da Universidade Católica de Chile

Depois da imposiçom do sistema neoliberal no território, a crise económica internacional do ano 1982 bate, como sempre, sobre a populaçom mais pobre: desnutriçom, infeçons, tifos, etc.

As políticas neoliberais da ditadura intensificam-se nos anos oitenta. A mudança de sistema educativo é um dos seus objetivos. O ensino transforma-se num produto de mercado através de provedores, subsidiado polo estado em diferentes níveis. Desde 1981 produz-se a municipalizaçom e privatizaçom do ensino.

Neste contexto 100.000 pessoas

no foco

CHILE / AS CAUSAS DA REVOLTA

j. m. fredes

fôrom encarceradas em 3 anos. E aplicárom-se torturas, mortes e desapariçons. As técnicas de tortura fôrom utilizadas polos exércitos chileno e argentino, aprendidas por militares na "escola das Américas", um centro dos EUA que treinava militares dos países de América do Sul com o fim de colocar ditaduras militares que favorecessem os seus interesses. Hoje, este centro opera com o nome de '*Instituto del Hemisferio Occidental para la Cooperación en Seguridad*'. No atual "campo de detençom de Bush", em Guantánamo, utilizam-se as mesmas técnicas: violar, despir, quebrar extremidades, sacar olhos, etc.

Setor produtivo e serviços

Empresas que até o momento eram estatais e públicas passam a ser privadas ou transferem-se a consórcios internacionais. Som as empresas mais estratégicas e com melhor rentabilidade económica, como as elétricas e de saúde, química e siderúrgica ou as telecomunicaçons. Depois, vai-se ampliando progressivamente às florestais, gadeiras, etc.

O governo deriva todos os serviços sociais às corporaçons municipais, que som entidades privadas e sem fins de lucro, constituídas a partir de 1981. Ainda definindo-se sem fins de lucro, as municipalidades e as sociedades através dos quais prestam serviços de ensino, saúde e atençom a menores estám associadas aos políticos e empresários da direita.

> O governo propom que a nova constituiçom deve votar-se em bloco, impedindo a possibilidade de chegar a acordos parciais

Os ambulatórios ou consultórios também passam a maos da Atençom Primária de Saúde Municipal, cuja administraçom depende desta rede de corporaçons municipais e sociedades. É todo um sistema que assegura que as zonas pobres sigam sendo pobres enquanto garatizam benefícios para empresários e políticos.

Serviços sociais como habitaçom passa a gestionar-se por empresas externas ao serviço público. Acampamentos ou tomas de terreno som derivados por parte do município a estas empresas, conhecidas como Entidades de Gestom Imobiliária Social (EGIS), para além de ONG's e fundaçons privadas.

As tomas som ocupaçons de terrenos desacampados, geralmente de bens nacionais nos quais um comité de habitaçom decide construir umha comunidade lá. Baseiam-se na Norma Decreto Lei 2679 da constituiçom militar –com essa norma regalárom muito território aos europeus: espanhóis, holandeses, etc–. Antes, as pessoas chegavam com as suas tendas ou faziam cabanas para dormir como pudessem. Aos poucos, passados os primeiros invernos, seguem a trabalhar e vam construindo. A populaçom atua diretamente e com os seus próprios meios para dar soluçom ao problema da habitaçom.

Processo Constituinte, e agora que?

O processo constituinte anunciado polo governo de Piñera será em abril. A populaçom sabe que é umha fraude, mas o tribunal eleitoral ratificou a regulamentaçom para a votaçom dos parlamentaristas. Isto quer dizer que os partidos vam decidir os representantes das quotas de género, povos originários, bairros... Como eles mesmos reconhecérom, vam eleger quem se acomodar às suas ideias.

Após 12 dias de protestos contínuos anunciam este "acordo institucional". Realiza-se num processo regulado de negociaçom coletiva, num contexto similar ao dum conflito sindical no interior dumha empresa. A sua focagem estratégica alicerçaria-se em dous eixos:

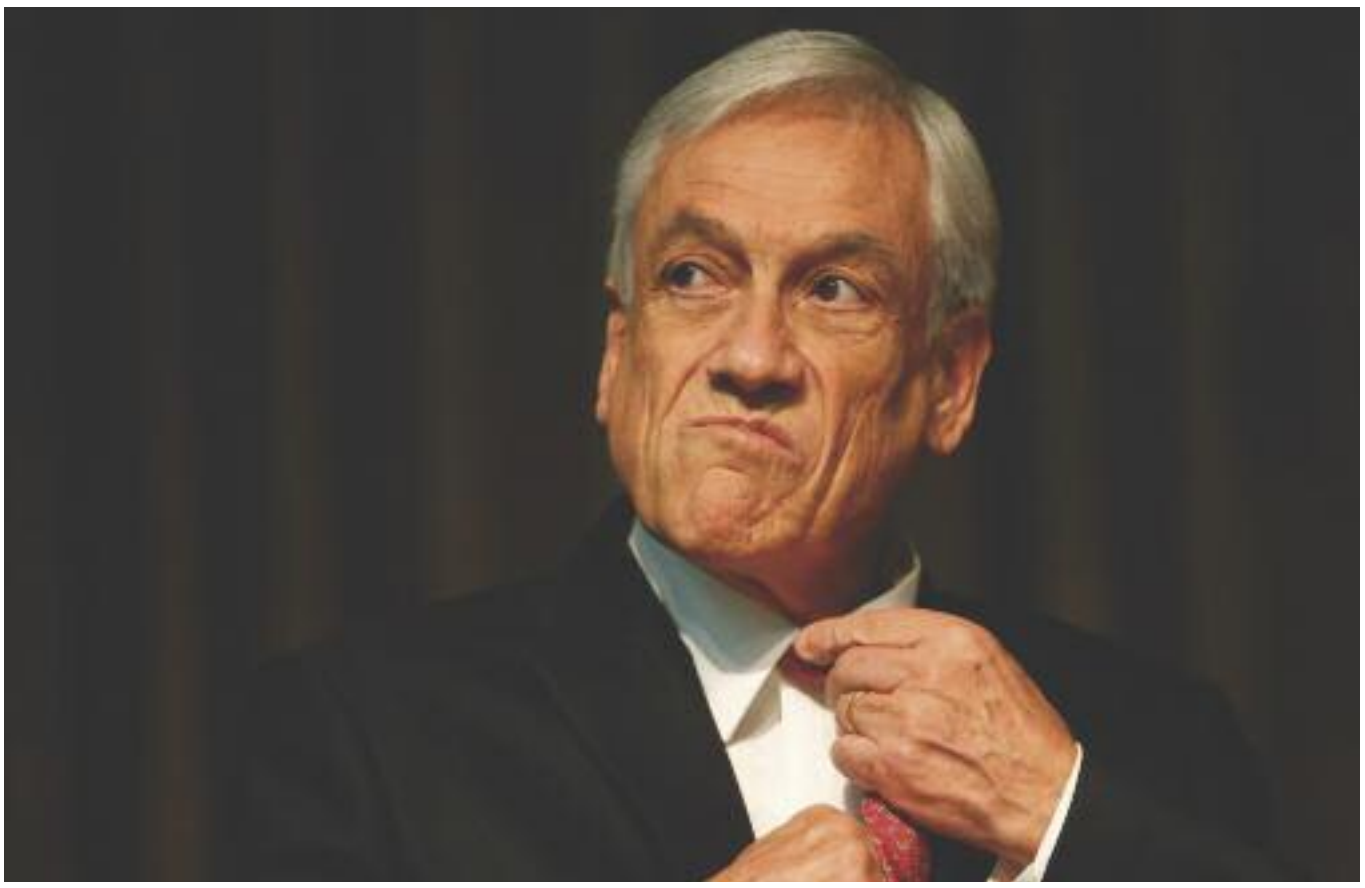
1. "Com motivo do restabelecimento da paz e ordem pública e o absoluto respeito aos direitos humanos e a institucionalidade democrática vigente"

2. Impulsionará-se um plebiscito em abril de 2020 que resolva duas perguntas: Você quer umha nova cons-

CHILE / AS CAUSAS DA REVOLTA

tituiçom? / Que tipo de órgao devera redigir a nova constituiçom? - Convençom mista constitucional / Convençom constitucional.

Caso dar em convençom mista estaria integrada polo 50% de parlamentaristas eleitos entre os partidos políticos e outra metade eleitos nas urnas por cidadaos. É a versom menos participativa que envolve a participar nas votaçons, mas cá está a encruzilhada. Estas eleiçons realizarám-se com o mesmo sistema eleitoral que regem as eleiçons de deputados na proporçom correspondente. O sistema impede que um independente que nom tiver apoio de um partido poda ser eleito, o qual obriga se se quer participar a aceitar um espaço nas suas listagens partidárias.



Sebastián Piñera, atual presidente do Governo do estado chileno.

Quotas a mulheres

A legislaçom atual obriga a ter quota nas listagens das candidaturas, mas nom no parlamento, e o cômputo é a nível estatal, assim que enchem de mulheres as listagens em sítios onde sabem que há poucas probabilidades de eleger alguém.

Sobre as quotas, portanto também nom há acordo, e para poder modificar a lei para incluir quotas de género, povos originários ou independentes, som necessários dous terços dos votos, e nom se chegará a isto no Congresso. Bem o sabem, entom era mais honesto dizer que a câmara de deputados capturada polo oligopólio empresarial vai aprovar umha nova constituiçom. O resultado, daquela, será umha constituiçom mui parecida à atual, mudarám todo sem mudarem nada como em 2005, ou ainda, criarám novas leis para resguardarem outros interesses, como já há propostas de Lei anti-saqueios ou anti-encapuçados.

Estas propostas implicam que se houver distúrbios públicos e nesse contexto se usa a capuça com a finalidade de ocultar a identidade, aplicará-se umha sançom agravada, que pode implicar a diferença entre se umha pessoa cumpre a sua pena na prisom ou em liberdade vigilada. Também aumentariam as penas para delitos ligados aos protestos sociais e entregariam-se mais recursos à polícia.

Esta convençom de ser preciso o acordo com maioria dos dous terços dos membros da câmara, blinda o conservadorismo, mantendo-se a norma vigente. Como por exemplo a norma atual, garantida na constituiçom, sobre os direitos privatizados da água em Chile, único caso no mundo.

> Foi o preço do bilhete dos comboios o caso concreto que fixo estalar os protestos

A luita pola água

Umha das principais reividindicaçons sociais é arredor da necessidade de tratar juridicamente a água como bem de uso público e com prioridade do seu destino para o consumo humano. Ainda que o acordo atual anuncia que a nova constituiçom derroga a antiga a realidade é que se trata dumha "folha em branco", já que o que nom se aprovar com dous terços, nom entrará na nova constituiçom. E o sistema de eleiçom está já bem armado para evitá-lo.

Se se trata-se dum texto legislativo ordinário, a aprovaçom dumha lei consegue-se com o 50 por cento mais um. Isto é, que se baixa-se a norma da Constituiçom poderia gerar-se maior expetativa de derrogaçom da legislaçom atual sobre a água. Por isto, o governo propom que a nova constituiçom deve votar-se em bloco, impedindo a possibilidade de chegar a acordos parciais. E se nom se chega a acordo, ficaria logo o texto constitucional atual. Deste modo, as possibilidades som mui poucas. Os movimentos populares denunciam que este processo seja utilizado para calar as luitas sociais e validar um sistema corrupto e desigual, tal como se fixo na "transiçom" da ditadura.

As reivindicaçons populares

Os movimentos populares reclamam umha assembleia ou convençom constituinte, mas mesmo sendo mais "democrática e participativa", as mudanças substanciais som difíceis de prever no curto prazo. A possibilidade de apagar o direito à propriedade no texto é quase nula na atualidade, sendo a revalidaçom do sistema democrático que protege a burguesia o previsível para as ativistas revolucionárias. As propostas reformistas focam em demandas concretas como um novo sistema de pensons, o aumento do salário mínimo ou a reduçom da jornada laboral. Por outro lado, também se luita polo fim da privatizaçom na saúde e educaçom, a proteçom à maternidade, assim como por tornar público o sistema de locomoçom e colaçom em todos os centros laborais e estudantis. Lembremos, ademais, que foi o preço do bilhete dos comboios o caso concreto que fixo estalar os protestos.

Seguir trabalhando nos processos auto-organizativos que a própria luita gera, da forma mais horizontal possível é a estratégia em que se estám a desenvolver os projetos transformadores atuais em Chile, ademais, nesta revoltas recentes dérom-se passos únicos: O feminismo foi o que deixou a marca mais evidente, e a resistência conseguida tivo logros mui importantes como ultrapassar o toque de queda do exército, desbordar as forças policiais e manter em ofensiva um tecido social que atinge quatro geraçons diferentes. Um autêntico sucesso no século XXI que terá sem dúvida repercussons positivas, ainda sendo o Estado capaz de apagar esta revolta com umha nova reforma.

As economias perdidas ligadas à Lagoa de Antela

sabela iglesias

damián copena

No final do passado ano 2019, depois das importantes chuvas deste outono, voltou ressurgir na Límia uma parte da antiga Lagoa de Antela. As imagens desde o ar amostram como grandes áreas de culturas estão cobertas de água que reclama um terreno que foi dela. Este feito, que acontece periodicamente em épocas de importantes precipitações, lembra a existência da que foi possivelmente a zona húmida de água doce mais relevante do território galego e um dos mais extensos a nível peninsular. No entanto, a superfície assulagada durante umas semanas é uma pequena parte dessa grande área que se pode visualizar em mapas antigos e que surpreende enormemente às gerações mais novas.

De certo, a Lagoa da Antela ocupava uma extensão de quase 4.000 hectares na época invernal em espaços pertencentes aos concelhos de Ginzo de Límia, Sarriaos, Vilar de Bairro, Junqueira de Ambia, Sandiás, Vilar de Santos, Rairiz de Veiga e Porqueira, na província de Ourense. Antela foi muito relevante ambientalmente pelos diferentes ecossistemas específicos vinculados com ela, que acolhiam um grande número de espécies animais e vegetais. A lagoa era singularmente relevante como lugar de nidificação e internação de aves migrantes já não vistas atualmente na Galiza.

A zona húmida, sobre a qual há interessantes publicações como 'A memória assulagada' e valiosa informação em espaços como o Museu da Límia, foi dessecado durante o regime franquista numas atuações que começaram no ano 1958 e duraram vários anos. A Lagoa já fora objeto de diferentes projetos de dessecação, mas conseguira resistir até essa altura. Este processo de eliminação da Lagoa de Antela, decisão dos governantes da Ditadura, entronca com a lógica industrializadora e modernizadora que considerava a Lagoa como um lugar improdutivo e insalubre, uma racionalidade similar à que derivou na florestação massiva das áreas de monte comunitário. A dessecação tinha como objetivo criar áreas para as culturas, convertendo-se a área dessecada num espaço de produção, principalmente de patacas, que a longo prazo teve importantes problemas económicos e ambientais. Neste sentido, os posteriores processos de concentração parcelária ainda fizeram mais destroços nas áreas de floresta autóctone que ficaram na zona.

Atividades económicas

A vida das populações locais da área de Antela estava adaptada à singularidade do espaço e aproveitavam os

recursos endógenos existentes. Na contorna as atividades agrárias de policulturas e as gadeiras eram claramente as mais relevantes, aproveitando as florestas autóctones nas beiras das massas de água para a obtenção de madeira e o mato para manter a fertilidade das terras de cultura, mas também existiam algumas atividades económicas ligadas especificamente à Lagoa que agora semelham inacreditáveis. Assim, uma análise de fontes e documentos históricos amostra como em meados do século XIX a recoleção de samessugas era uma atividade muito importante nas economias locais. As samessugas de Antela eram famosas pelo seu grande tamanho e muito apreciadas a nível peninsular (e mesmo internacional) para usos na medicina da época mediante a sua utilização em sangrados. De facto, naquela altura mesmo havia uma instalação específica para a recoleção de samessugas da Lagoa e a sua exportação até a França, o que dá conta da relevância desta atividade económica.

O ecossistema da Lagoa proporcionava outros recursos endógenos aproveitados pelas populações locais. Por exemplo, fornecia de diferentes classes peixes que pescavam e consumiam as pessoas da contorna. No mesmo sentido, a importância que tinha o espaço para a avifauna possibilitava a caça de diferentes aves, sedentárias ou migrantes, e mesmo a recoleção dos seus ovos. Assim, no próprio dicionário de Madoz de mediados do século XIX, aparece assinalada a caça de patos como uma das atividades relevantes em diferentes locais da zona.

Outro aproveitamento era a recoleção e a venda das rãs, para a comercialização das suas ancas. De facto, na província de Ourense ainda se mantém uma certa tradição do consumo destes anfíbios. As rãs, que eram muito abundantes nos ecossistemas da Lagoa de Antela, pescavam-se com cana para aproveitar as suas coxas que se vendiam por dúzias a estabelecimentos da província.

sabela iglesias

Em meados do século XIX a recoleção de samessugas era uma atividade muito importante nas economias locais. As samessugas de Antela eram famosas pelo seu grande tamanho

Ainda que a destruição da Lagoa terminou com a maior parte destas atividades económicas específicas é importante assinalar como nos últimos anos estão-se a fazer diferentes esforços para recuperar pequenas zonas húmidas ligadas com a área da antiga lagoa e mesmo a memória do espaço. Neste sentido, é preciso salientar diferentes atuações que tratam de recuperar áreas vinculadas com Antela como alguns trabalhos realizados por parte da administração autonómica ou as iniciativas da Sociedade Galega de História Natural com trabalho voluntário, aquisição de parcela e mesmo acordos de custódia do território. Nessa direção, é relevante salientar as jornadas e atividades realizadas por diferentes entidades nos últimos anos para manter viva a memória da Lagoa de Antela.

Hoje em dia as áreas de zonas húmidas e nomeadamente as lagoas de água doce estão a converter-se em espaços com importantes atividades económicas ligadas à biodiversidade e fundamentalmente à observação da avifauna. Um ecossistema como o da Lagoa de Antela, se ainda existisse, seria atualmente um motor económico para a contorna a partir da posta em valor da sua importância ecológica.

Em suma, a Lagoa de Antela era um espaço muito singular que foi destruído pela ditadura franquista a partir de racionalidades e objetivos produtivistas. A dessecação da zona húmida rematou com algumas atividades económicas especificamente ligadas ao espaço e com oportunidades futuras das novas economias vinculadas com o ambiente e a biodiversidade. É importante salientar os trabalhos de recuperação realizados nos últimos anos na área da Límia e os esforços para não se perder a lembrança do que aconteceu com a Lagoa de Antela.

sacauntos cooperativa gráfica

imagem corporativa
design web e editorial
impressom de livros e revistas
grande e pequeno formato
www.sacauntos.com

Comunidade de Montes de Tameiga

ESPECULAÇOM URBANÍSTICA /

A comunidade de montes de Tameiga frente ao Celta de Vigo e Nidia Arévalo

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

Desde 2018 a Comunidade de Montes de Tameiga e as comunidades de águas desta paróquia do concelho de Mós -no periurbano viguês- estám em luita contra o projeto do Real Club Celta de Vigo SAD para construir um centro comercial nos seus montes. Este projeto é definido como "pelotaço urbanístico" polos seus opositores, quem denunciam a especial afeçom que terám as traídas de água se sair adiante a modificaçom pontual do PGOM de Mós que promoveu a alcaldesa Nidia Arévalo, do PP.

O projeto do Celta de Vigo para a construçom dum centro comercial nos montes comunais de Tameiga ocupa uns 80 hectares. Estes montes, que se encontram numha parte alta do concelho de Mós, contam com vários pontos de captaçom de águas para as traídas vizinhais. Esta zona, que se estende do Centro Socio-Cultural e Desportivo As Pedrinhas até os montes de Pereiras em que já se estám a fazer as obras de novos campos de futebol para o Celta, atualmente encontra-se cheia de faixas e cruzes lembrando que 'O monte é vida' e assinalando a alcaldesa de Mós, Nidia Arévalo, e o presidente do clube de futebol viguês, Carlos Mouriño, como responsáveis da ameaça para o monte que é o projeto do centro comercial.

> Em outubro de 2018 a assembleia de comuneiros posicionava-se contra o projeto de centro comercial nos seus montes

Antonio Cajide, presidente da Comunidade de Montes de Tameiga, expom como se foi conhecendo o projeto. "A princípios de 2017 recebemos chamadas dos diretivos do Celta. Queriam fazer um centro comercial em Tameiga e campos de futebol em Pereiras e perguntavam como poderiam fazer-se com os terrenos", indica Cajide. A Lei de Montes impede a venda de montes comunais, polo que as únicas opçons seriam a permuta ou aluguer, "e todo isto sempre com a aprovaçom da assembleia", salienta Cajide. A necessidade de ter os montes em propriedade fijo que o Celta descartasse a opçom do aluguer num co-

meço, para depois também rechaçar a permuta, "que seria de oito a um", assinala o presidente da comunidade de Tameiga.

Em outubro de 2018, celebrava-se umha assembleia dos comuneiros de Tameiga em que se valorava o projeto do Celta de Vigo. A votaçom foi um rotundo 'nom'. "Somos algo mais de 300 famílias e aquele dia só três pessoas votárom a favor do centro comercial", assinala Cajide.

Arévalo modifica o PGOM

Assim, a única opçom para que sair adiante o projeto do Celta de Vigo seria umha expropriaçom forçosa, em que se demonstre um interesse público que prevaleça sobre o monte, e, neste caminho, Carlos Mouriño encontrou umha aliada na alcaldesa de Mós, Nidia Arévalo, quem em setembro de 2019 consegue aprovar, com toda a oposiçom em contra, umha modificaçom pontual no PGOM de Mós para mudar o uso florestal dos montes de Tameiga "para aproveitar as potencialidades do concelho para localizar novos investimentos", segundo expunha o Concelho de Mós nas suas redes sociais. Cajide lembra que o pleno em que se aprovou a modificaçom do PGOM nom foi um pleno normal: "O paço de Mós foi blindado com agentes da Guardia Civil. Mesmo o dia anterior havia agentes a inspecionar a rede de saneamento ou os tetos falsos. Nesse mesmo dia, encheram o salom do pleno horas antes com gente afim à alcaldesa".

Umha semana antes, acontecera algo semelhante no Multiusos de Mós. Arévalo convocara numha juntança a vizinhança de Tameiga para expor a modificaçom pontual do PGOM. "Mesmo umha hora antes já havia gente dentro", expom Cajide. A Polícia Local e a Guardia Civil impediram a entradas da vizinhança crítica com o centro comercial. Várias pessoas foram identificadas e 27 integrantes da comunidade de montes denunciadas.

As mobilizaçons nas ruas por parte dos coletivos que se oponhem ao centro comercial fôrom sucendendo-se nestes últimos anos. A última delas, umha concentraçom durante o ato de colocaçom da primeira pedra da cidade desportiva do Celta nos vizinhos montes de Pereiras. Mas nom só as mobilizaçons foram na rua, pois após a aprovaçom no pleno municipal da modificaçom do PGOM a comunidade de montes mobilizou-se para apresentar milheiros de alegaçons contra esta iniciativa.

Comunidade de Montes de Tameiga

> A alcaldesa Nidia Arévalo promoveu, com toda a posiçom em contra, umha modificaçom do PGOM que pretende retirar o uso florestal dos montes de Tameiga

> A. Cajide: "Se se constrói o centro comercial vai haver 5.600 pessoas mais que vam precisar de abastecimento de águas"

Relatórios negativos

A modificaçom do PGOM promovida por Nidia Arévalo tem que contar ainda com a aprovaçom da Junta da Galiza, umha decisom que pode verse afetada polo novo calendário eleitoral. No entanto, vários relatórios estám a colocar aspetos negativos do projeto de centro comercial para os montes de Tameiga. Em janeiro deste ano, o ministério espanhol de Fomento emitia um relatório desfavorável ao projeto de centro comercial em Tameiga. Segundo foi recolhido polos meios de comunicaçom, um dos pontos de conflito com o ministério seria a construçom dos acessos da autoestrada A55 na altura de Puxeiros, um tramo de concentraçom de acidentes. Também a Deputaçom de Ponte Vedra emitiu um relatório negativo, ao achar que se empregariam redes viárias para umha densidade de veículos para a qual ficariam pequenas.

Problemas para as águas

Durante estes anos de mobilizaçons nasceu também a Plataforma 'A Auga é Vida', onde ademais da comunidade de montes estám integradas as comunidades de águas e entidades ecologistas. Esta plataforma encarregou um relatório técnico, também publicado recentemente, e em que se exprimem as deficiências arredor da modificaçom do PGOM promovida polo PP de Mós.

Um dos focos da luita em defesa dos montes de Tameiga será o impacto do projeto urbanístico nos aquíferos. Antonio Cajide salienta que Mós nom conta com umha rede de abastecimento própria senom que vem do Porrinho e a Mós corresponde-lhe um determinado caudal estabelecido no Consórcio de Águas do Louro. Assim, Cajide destaca que "se se constrói o centro comercial vai haver 5.600 pessoas mais que vam precisar de abastecimento e o atual caudal de água nom vai ser suficiente". Segundo indicam da comunidade de montes, Tameiga conta com oito traídas de águas vizinhais.

Mália o atual conflito com o Concelho de Mós e o Celta de Vigo, a comunidade de montes confia nos seguintes anos continuar com o trabalho que estava a desenvolver, como a eliminaçom de plantas invasoras, a valorizaçom dos montes ou o cuidado das captaçons de água. Olhando cara o passado, Cajide salienta que o atual conflito nom os apanha de surpresa e indica que há uns 40 anos a vizinhança de Tameiga conseguira defender o monte dum projeto urbanístico semelhante.

em movimento

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

Nestas semanas está a ponto de sair às ruas o primeiro número do 'Pensa Lugo', um jornal bimensal nascido dos movimentos sociais desta cidade que procura mostrar umha realidade diferente à dos jornais empresariais. Nos dias prévios à sua saída de imprensa, Andrea Ledo, da equipa de redaçom deste novo projeto informativo, dá-nos a conhecer mais detalhes desta iniciativa e expom como é o momento que estám a viver as ativistas que fam possível o 'Pensa Lugo'.

Andrea Ledo
do jornal Pensa Lugo

ena barbazán

"Queremos fazer ver que há realidades sociais às que as pessoas podem ligar-se"

Como nasceu o nome de 'Pensa Lugo'? O que vos sugere?
'Pensa Lugo' nasceu com o objetivo de fazer umha imprensa contra-hegemónica no nível local, que convide a pensar a realidade de Lugo de outra forma. Queríamos um nome que convidasse a umha leitura mais pausada sobre a realidade de Lugo. Achamos que 'Pensa Lugo' (PL) é um nome sugestivo e que chama à reflexom.

Já com o 'crowdfunding' feito e a ponto de sair o primeiro número, como vos sentides?
Estamos a aguardar pola impressom do jornal. Estamos com esse tipo de trâmites e também preparando o seguinte número, pois a nossa periodicidade bimensal exige-nos ter disciplina e constância. Agora estamos emocionadas porque vai sair o primeiro número em papel e estamos nesse ponto de aguardar, de ver como ficou todo, de estar a ver nascer um projeto... É um momento de emoçom e de preparaçom do seguinte número.

"Com a chegada do 'Pensa Lugo' ao rural queremos contribuir a mudar a realidade, pois os meios de comunicaçom criam imaginários sociais"

Como é a imprensa local em Lugo para que seja necessário este projeto informativo?
PL nasce para ser um jornal em papel e é claro que isso vai relacionado com como é a imprensa local em Lugo.

A que mais se consome em bares ou a que chega às casas do rural de Lugo som jornais que correspondem a determinados interesses privados, políticos e que escrevem sobretodo em castelhano. Nós queremos dar-lhe a volta a todo isso e chegar também às casas através de umha subscriçom, que tivo boa acolhida. Acho que a gente também via a necessidade de um outro tipo de imprensa em papel. Tínhamos a intençom de rebater toda essa imprensa, porque vás a um bar, biblioteca ou qualquer lugar público e encontras a mesma que conta as mesmas notícias com o mesmo ponto de vista ou dos mesmos interesses. Nós queremos contar essa realidade de Lugo que nom se estava a contar. Essas notícias que se sabem que acontecem mas ao nom haver umha reflexom sobre elas semelha que nom existem, e nos queríamos que estivessem presentes e que estivessem em galego.

Quais som essas notícias que costumam ficar ocultas?

Todas aquelas que nom tenhem a ver com interesses empresariais e políticos em Lugo. Por exemplo, todo o movimento que se gerou arredor de Lugo sem Mordaças. Também eventos e processos que passam desapercebidos ou movimentos como o Sam Froilám Associativo que nom tenhem nengum tipo de cobertura. Queremos plasmar esse tipo de cousas e fazer ver que há realidades sociais às que as pessoas podem ligar-se se querem, que nom há umha realidade plana como a que transmitem os jornais em papel, senom que há umha realidade de movimentos sociais e heterogénea.

Pretendedes chegar ao rural?

É um dos piares básicos. Lugo tem umha populaçom rural grande, espalhada, bastante mal comunicada e à qual só chegam os jornais que contam com meios económicos para chegarem. Realmente, chega apenas um. A gente lê isso porque é o que chega, mas leria outra cousa se chegasse também. Entom, levando o PL ao rural queremos contribuir a mudar a realidade, pois os meios de comunicaçom criam imaginários sociais e criam realidades. O que nos chega do rural é que as pessoas nas aldeias leem o que há, e nós queremos contribuir a que isso mude. No primeiro número há um par de artigos que tratam do rural. A gente que escrevemos aí vimos de núcleos rurais, com umha perspetiva que sai da cidade.

Como se organiza a equipa?

Em geral é um projeto mui horizontal, mas obviamente há umha organizaçom. Temos um conselho gestor, um conselho de redaçom e umha equipa de colaboradoras que podem enviar artigos. Qualquer pessoa que tenha umha inquedança que queira escrever num jornal diferente ou dar cobertura a umha realidade pode fazê-lo, cumplrndo sempre com as linhas ideológicas, como todo jornal tem. Depois, há pessoas em redaçom que som mais estáveis e que já tenhem outro nível de compromisso e ligaçom. O comité gestor encarrega-se da burocracia, da tesouraria, temas que atingem à gestom mais quotidiana do jornal. Todas as comissons se comunicam, falam e tratam os temas nas assembleias gerais. Temos assembleias dos conselhos gestor e de redaçom mais ou menos cada duas semanas, e as colaboradoras podem escrever quando tenhem disponibilidade. A génese é bastante horizontal.

Quais som os movimentos com os que tendes vínculo?

Há de todo. Umha das fortalezas do jornal é toda a variedade ideológica que há. Há gente que está ligada a movimentos sociais diversos, sobretodo o que se vem construindo arredor da plataforma Lugo sem Mordaças. Depois há pessoas de movimentos que nom radicavam em Lugo, ou que nom pertencem a um movimento concreto mas que tem inquedanças ideológicas e a sua forma de se introduzir no ativismo foi o PL. Mas em geral os perfis som de corte muito heterogéneo. Com uns mínimos ideológicos, há muita diferença de opinions, há muito debate, e achamos que isso enriquece muito. Também há essa riqueza entre as colaboradoras, muitíssima.

"Estamos aprendendo a criar um jornal e implica muito compromisso"

"Neste primeiro número, tanto a capa como umha parte extensa do jornal ocupa-se da situaçom do galego"

Agora que já tendes um número feito, como se fôrom cumprindo os objetivos? Quais dificuldades e que facilidades encontrastes?

Estamos a aprender todas muitíssimo. Estamos aprendendo a criar um jornal e implica muito compromisso. Todas estamos implicadas, temos a consciência de que é necessário, de que temos que mudar o imaginário social. As facilidades que nos encontramos fôrom o compromisso das pessoas. Encontramo-nos com dificuldades burocráticas, de tesouraria... que nom temos muita experiência ainda para resolver mas que vamos resolvendo. Onde também encontramos dificuldades foi em redigir artigos que pensamos que iam ser mais simples mas que requerem umha investigaçom profunda. Mas em geral, fomos cumprindo os objetivos. Cumprimos os prazos que tínhamos marcados, que já som bastantes as dificuldades que encontramos. Estamos contentas mas foi um trabalho duro, dedicamos bem tempo.

Quais som as temáticas do primeiro número?

Fazemos finca-pé na situaçom social do galego, é um dos temas que ocupa umha das seçons mais extensas do jornal, que se chama A Debulhadora e que trata de temáticas de umha maneira mais profunda. Afinal temos um jornal que sai em galego por algo e criamos conveniente falar nesse primeiro número dessa problemática. Tratamos temas referentes ao rural a cousas que vam passando em Lugo como despedimentos que tenhem que ver com Inditex. Temos diversas entrevistas, tratamos temas de maior atualidade na Galiza e há umha entrevista sobre 'O que Arde'. Tratamos temas vinculados com a cultura em Lugo, como os festivais, mas tanto a capa como umha parte extensa do jornal ocupa-se da situaçom do galego.

Fotograma do documentário 'En deuda con todas'.

DIREITOS HUMANOS /

'En deuda con todas': a realidade do aborto em El Salvador

elena martín lores
elenamartinlores@novas.gal

Em fevereiro, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, confirmava que o seu governo tem previsto apresentar um projeto para acabar com a penalizaçom da interrupçom voluntária da gravidez. Para muitas, esta é umha medida necessária num continente que reúne algumhas das legislaçons mais restritivas em relaçom ao aborto. O documental 'En deuda con todas', realizado por María Lobo e Roi Guitián da Asociación Galega de Comunicación polo Cambio Social (Agareso), mostra o caso de El Salvador, onde umha mulher pode ser condenada a décadas no cárcere mesmo no caso dumha complicaçom obstétrica.

'*Las 17 y más*' é assim como som conhecidas estas mulheres presas por terem abortado. Recentemente, e em virtude de umha campanha pola sua liberdade, ganhárom relevância internacional, na sequência da qual, Evelyn Hernández, acusada de homicídio agravado por um parto extrahospitalar com complicaçons, saía em liberdade no dia dez de agosto de 2019 depois de ter passado três anos, quatro meses e treze dias num cárcere salvadorenho. Tornava-se assim na primeira mulher em conseguir umha anulaçom da sua sentença, depois de ter sido condenada a 30 anos de prisom por um aborto espontáneo em 2017, num dos países mais restritivos do mundo com a interrupçom da gravidez. Este precedente parece dar motivos para a esperança de muitas mulheres que, como Evelyn, som vítimas de umha legislaçom que penaliza todos os casos de aborto sem exceçom.

Mas, como é que chegou um país como El Salvador, onde antes as mulheres tinham acesso ao aborto nalguns casos, a puni-lo completamente. Isto é o que nos conta "*En deuda com todas*", um documental duro, mas necessário.

"Quando se persegue, se criminaliza, se processa e se pune às mulheres está a se exercer umha violência de Estado"

Fotograma do documentário 'En deuda con todas'.

Umha das legislaçons mais restritivas do mundo

No início da década de 90, depois de 150 anos sem mudanças, o estado de El Salvador resolveu alterar a legislaçom e a Constituiçom em relaçom ao aborto. O que tinha começado em 1994 como um anteprojeto que visava a eliminaçom de figuras obsoletas como o aborto honoris causa (ou aborto para salvar a 'honra' da mulher) acabou por dar num debate no país sobre esta prática, avivado polas posiçons mais conservadoras, tendo resultado na penalizaçom total da interrupçom da gravidez em 1998.

"Em 1997, na Constituiçom estava despenalizado o aborto terapêutico, o eugenésico e o ético, que é aquele onde a gravidez tem origem numha violaçom", explica Sofía Villalta, ginecóloga e coordenadora da Unidad de Salud Sexual y Reproductiva do Ministério da Saúde salvadorenho até 2012. "Contudo, a partir daí o aborto acabou por ser completamente penalizado, sendo ainda incorporado ao texto constitucional o dever de proteçom do embriom desde o próprio momento da conceçom", acrescenta.

"Foi umha modificaçom intempestiva, em cinco meses. (...)", refere Oswaldo Feusier, professor de Direito Penal da UCA. "E foi a Igreja católica a passar umha mensagem que acabou por aliciar o apoio da direita conservadora do nosso país", aponta o professor.

Vivendo sob esta legislaçom

Depois da aprovaçom da nova legislaçom e a modificaçom da Constituiçom, a situaçom para muitas meninas, adolescentes e mulheres salvadorenhas virou um pesadelo. No plano legal, mal se descobre a prática do aborto, tratam-nas como sendo umhas homicidas acabando, muitas vezes, por permanecerem em prisom preventiva até um ano. "Quando se persegue, se criminaliza, se processa e se pune às mulheres está a se exercer umha violência de Estado. É umha contradiçom, porque quem defende a penalizaçom, em realidade defende o maltrato às mulheres, a humilhaçom, o tratamento indigno, a violaçom de direitos...", denuncia Morena Herrera, ativista feminista e defensora dos DDHH.

Porém, nom é apenas no plano legal que sofrem essas humilhaçons. Som também vítimas dum estigma social que fai que, muitas vezes, acabem por serem abandonadas pola família e os seus seres chegados. No plano da saúde, muitas morrem porque os médicos aguardam a que o coraçom do feto deixe de bater antes de fazer nada mesmo em situaçons de risco extremo. "Eu tivem sorte porque som do grupo das profissionais. As mulheres pobres é que sempre sofrem". Admite Xiomara Argueta, gineco-obstetra que sofreu uma gravidez ectópica. Ela acrescenta ainda que acabares ou nom no cárcere por um aborto depende de se tés ou nom dinheiro. "Devíamos investigar isso até porque no meu país nom há mulher com dinheiro que esteja no cárcere", denuncia a profissional. "As mulheres com melhores condiçons sociais tenhem os meios para saírem do país e praticarem um aborto com sistemas de saúde que lhe garantem também que seja feito de forma adequada", sublinha Roxana Delgado, da Mesa sobre Saúde e reproduçom da mulher.

"Terminar ou nom no cárcere por um aborto irá depender de ter ou nom dinheiro"

O documentário 'En deuda con todas' mostra o caso concreto de El Salvador, onde umha mulher pode ser condenada a décadas no cárcere incluso no caso dumha complicaçom obstétrica

Sobre isto também Morena Herrero pontualiza que importa ter em conta que as mulheres que acabárom em prisom nom planificárom o aborto, mas tiverom um problema obstétrico, o que evidencia que som esses mesmos fatores -mulheres jovens, pobres e com situaçons de fragilidade familiar- que condicionam que a mulher acabe ou nom no cárcere. Por outro lado, refere também que a legislaçom contra o aborto advém da adoçom de umha linha política ultraconservadora que

a terra treme

Fotograma do documentário 'En deuda con todas'.

passa a ideia de a vida do embriom ser mais importante do que a vida da mulher grávida, e que pune mais duramente um aborto que umha violaçom, mesmo no caso de se tratar de umha menina ou de umha adolescente.

E isto, sobretudo quando comprovamos as percentagens de meninas e adolescentes grávidas bem como as percentagens de violaçon em El Salvador, nom é banal. Só no ano 2016, El Salvador registou 1.844 violaçons a meninas e adolescentes. Também, 20% das mulheres grávidas tinham menos de 20 anos e os casos de suicídios com venenos para ratazanas ou outros produtos químicos representa 57% das causas de morte das mulheres grávidas, sendo, muitas delas, menores. Mesmo assim, a legislaçom pune-as especialmente, ignorando o facto de muitas vezes serem homens conhecidos delas, mesmo familiares ou pessoas em que a menina ou adolescente confia, que as violam e as deixam grávidas. E das 4.621 denúncias por agressom sexual feitas em 2019, apenas 488 acabaram em condenas.

"Só apontam para as mulheres, mas, os homens? Sempre nos culpam a nós. Eu fum violada, despois fum ao cárcere, e ele, fora, fazendo a sua vida", comenta Alba, umha das ex-privadas de liberdade por um aborto. "A eles nunca se lhes pune", denuncia com outras das suas companheiras.

A luita pola despenalizaçom

Da *Agrupación Ciudadana por la Despenalización* lutam pola liberdade das mulheres presas, dando-lhes esperança ainda numha situaçom tam dura como a que estám a viver, muitas delas sendo mui novas. Também, desde coletivos como '*La Radio de Todas*' ou '*Hip Hop en Femenino*' lutam para que, nom só a situaçom de '*Las 17 y más*', mas a de todas as mulheres de El Salvador, mude.

> "Só apontam para as mulheres, mas os homens? Sempre nos culpam a nós. Eu fum violada, despois fum ao cárcere, e ele, fora, fazendo a sua vida"

A Asociación Galega de Comunicación polo Cambio Social (Agareso) mostra no documental "*En deuda com todas*", de onde se recolhérom todas estas declaraçoms, esta situaçom para denunciá-la e pôr-lhe rosto e voz a essas mulheres que estám a sofrer sob esta legislaçom que pom em causa os direitos humanos das mulheres daquele país. Como di Teodora Vásquez, ex-privada de liberdade: "O estado está endividado com a mulher salvadorenha, e por elas vamos lutar".

iago carro

o bom viver

cultura / Emigrantas / **26**

ronseis/ Arredismo nos anos 30/ **28**

ronseis / O merdeiro / **30**

Urbanismo e lei anti-tabaco

O arquiteto Iago Carro expom as mudanças na morfologia urbana que deixou a legislaçom espanhola contra o tabaco, centrando-se no que vem acontecendo com os terraços dos estabelecimentos hoteleiros. As transformaçons tenhem a ver com a criaçom de espaços abertos ou semi-abertos para se adaptarem à lei sem modificar o hábito social de fumar nos restaurantes, nos bares e nos pubs. A multiplicaçom de esplanadas no espaço público, as edificaçons com espaços abertos ou mesmo a ubicaçom de terraços em parcelas nom edificadas som algumhas dessas mudanças. página **22**

Restaurante Pizza Pop, Ogrobe.
iago carro

CIDADES /

O urbanismo da lei anti-tabaco

iago carro
ergosfera

Muitas das grandes transformaçons urbanas nom fôrom originadas por umha teoria ou por um plano urbanístico: umha nova tecnologia construtiva, umha decisom política, umha estratégia bancária ou um descobrimento médico podem fazer que a cidade mude em poucas décadas.

Umha das últimas mutaçons com um grande impacto na urbanidade das cidades galegas, e na qual o urbanismo nom participou na sua origem, foi a derivada da entrada em vigor da conhecida como "Lei anti-tabaco" em 2006 e, sobretodo, da posterior modificaçom introduzida em 2011.

A partir da aprovaçom destas leis muitos locais de hotelaria começárom a introduzir mudanças para se adaptarem a umha nova realidade normativa que, por muito que se lhes desse voz aos setores económicos afetados, já era um absoluto consenso social: o tabaquismo é um problema de saúde pública e, a partir desse momento, só se poderia fumar em espaços ao ar livre. As transformaçons introduzidas nestes locais tenhem a ver, portanto, com a criaçom de espaços abertos ou semi-abertos para se adaptarem à lei sem modificar o costume social de fumar nos restaurantes, nos bares e nos pubs, reconhecido como negativo mas enormemente estendido.

Além desta dimensom política e sociológica concreta, em termos urbanísticos a proibiçom total de fumar em espaços coletivos fechados implicou umha transformaçom radical da "cota zero" da cidade, o plano do espaço urbano onde se desenvolve a vida pública.

Esta transformaçom é devida ao facto de os locais de hotelaria serem umha das peças chave dos tecidos urbanos complexos e que tenhem umha atividade social intensa, mas também dos âmbitos mais difusos e contemporâneos da cidade-território. A relevância em termos qualitativos do que significam os bares, as cafetarias e os restaurantes nas sociedades europeias também pode ser medida do ponto de vista quantitativo, á luz dos dados que nos fornecem diferentes estudos (normalmente realizados por instituiçons interessadas). Se o espanhol é sempre um dos estados com mais locais deste tipo por habitante do mundo, e a Galiza, por sua vez, umha das comunidades com maior taxa do estado, podemos imaginar o impacto que terám as suas transformaçons nas ruas e nas estradas-ruas galegas.

> *Em termos urbanísticos, a proibiçom total de fumar em espaços coletivos fechados implicou umha transformaçom radical da "cota zero" da cidade*

A expansom das esplanadas por passeios, praças e jardins experimentou um crescimento tam rápido que provocou conflitos polo uso do espaço urbano e pola sua mercantilizaçom

As principais materializaçons deste processo de criaçom de espaços abertos ou semi-abertos nos locais de hotelaria seriam a multiplicaçons de esplanadas no espaço público, a apariçom de inovaçons tipológica como o retranqueio das fachadas e o pulo às edificaçons complexas que incluem espaços livres ou abertos.

Cafetaria El Reloj, A Corunha.
iago carro

A multiplicaçom das esplanadas no espaço público

A forma de criaçom de espaços ao ar livre mais estendida foi sem dúvida a expansom da superfície dos locais de hotelaria sobre o solo público: mesas e cadeiras a formarem esplanadas e ocuparem passeios, praças e jardins. Esta estratégia, que tem séculos de história, experimentou um crescimento tam rápido que provocou a apariçom de certos conflitos polo uso do espaço urbano e pola sua mercantilizaçom. Umha situaçom que fijo surgir novas regulaçons municipais para fazer frente aos problemas dumha excessiva privatizaçom do espaço público.

Mas o debate segue aberto. As administraçons atuárom nos casos em que a ocupaçom da via pública polas esplanadas implicava um problema de segurança em caso de emergência, um problema de mobilidade e acessibilidade para os fluxos pedonais ou um problema grave de convivência cidadá pola sua massificaçom. Mas naqueles casos em que "apenas" estám a ser comprometidos os usos públicos do espaço urbano frente aos privativos, estám a ser muito mais permissivas.

Algumhas notas mais rápidas e breves ajudam-nos a ter em conta outras questons neste debate, se se parte dumha perspetiva crítica. Em primeiro lugar, podemos observar como, em comparaçom com o resto de esplanadas da praça junto ao Panteom de Roma, a do McDonald's é praticamente um equipamento público que, por um euro, assegura o descanso e umha estadia espetacular durante o tempo que se quiger. Outro razoamento diferente é que o nos indica, num momento em que o problema do esvaziado das ruas e da falta de atividade comercial é, em quase todos os contextos urbanos, muito mais grave do que a sua massificaçom ou privatizaçom (pensemos nos dados da evoluçom do setor da comida a domicílio ou das compras pola internet em geral), que devemos reconhecer que as esplanadas sempre dam vida à cidade. Umha terceira nota tem a ver com que as esplanadas tamém podem ocupar o espaço público reservado na atualidade para o veículo privado, como podemos apreciar na da Parrillada Fuentes em Meicende, na da cafetaria Maripepa em Silheda ou na do restaurante Pizza Pop em Ogrobe.

Nos casos em que "apenas" estám a ser comprometidos os usos públicos do espaço urbano frente aos privativos, as administraçons estám a ser muito mais permissivas com as esplanadas

A apariçom dos retranqueios nas fachadas

A inovaçom tipológica mais estendida é com certeza a do retranqueio da fachada dos locais para gerar um espaço estancial aberto e em contacto direto com a rua. Um novo espaço que nom apenas ocupa o solo público, como as esplanadas convencionais, senom que implica umha expansom do espaço público percebido através dum umbral difuso que enriquece a experiência urbana: frente à ocupaçom das esplanadas, a generosidade dos retranqueios.

Estes novos espaços materializam-se de jeitos mui diversos, desde retranqueios mínimos em que só se instala um pequeno balcom de atendimento ou um banco, até a criaçom de autênticas salas de estar com todos os detalhes de domesticidade. Além disso, complementam os portais, os muros e as montras, fazendo mais complexa a pele da cidade e permitindo umha maior perceçom de gente nas ruas, um parâmetro fundamental em termos de vitalidade, de segurança e de interesse urbano.

O problema desta forma arquitetónica é que nom cumpre com a legislaçom, dado que em realidade, e como é bem sabido, é ilegal fumar nestes espaços. A lei é clara neste sentido: "no âmbito da hotelaria, entende-se por espaço ao ar livre todo espaço

McDonald's de Agrela, A Corunha.
iago carro

nom coberto ou todo espaço que estando coberto estiver rodeado lateralmente por um máximo de duas paredes, muros ou paramentos".

Os retranqueios de que estamos a falar som sempre cobertos e na grande maioria dos casos tenhem três laterais fechados (a nova fachada do local afastada e os dous limites do local ou do edifício com as parcelas anexas) e só um lateral aberto em contacto com a rua. Os únicos casos em que se cumpriria a lei seriam os dos locais em esquina, como a cervejaria 122 na rua Juan Flórez ou o bar La Urbana, na praça Josep Sellier Loup, os dous na Corunha, já que contam com dous lados fechados e dous lados abertos. Haveria outros casos especiais, como o da cafetaria El Reloj na rua de Santa Catalina, na mesma cidade, que ao ter umha forma triangular tem só dous lados fechados.

Contodo, há umha importantíssima variabilidade formal em termos de altura, de proporçom largo-fundo ou do grau de abertura do oco, que determina completamente as condiçons ambientais de cada um destes espaços. Tendo em conta as suas achegas à cidade, é possível que pague a pena imaginar como seguir a fomentar a sua apariçom. Poderiam diferenciar-se, por exemplo, segundo a sua forma e condiçons ambientais em termos de renovaçom do ar, um parâmetro facilmente objetivável. Tamém se poderia impedir o serviço nelas no caso de que seja permitido fumar, obrigando as pessoas usuárias a terem que pedir no interior dos locais as suas consumiçons.

O pulo às edificaçons com espaços livres ou abertos

Outra das consequência importantes da nova lei foi o pulo aos edifícios complexos que incluem espaços ao ar livre na parcela ou áreas abertas nas próprias construçons. No contexto do capitalismo imobiliário espanhol é quase extraordinário que a colmatagem total da parcela pola edificaçom e do volume construível por espaços fechados nom sejam já as únicas possibilidades que se contemplam. Esta questom é normal noutros países, sobretodo naqueles em que dominam os tecidos de baixa densidade ou em que as edificaçons isentas e de pequeno tamanho ainda podem fazer parte dos centros urbanos com normalidade.

Se centrarmos o foco da nossa análise na cidade da Corunha poderíamos salientar diferentes tipos destas edificaçons. Em primeiro lugar, locais que ocupam mas nom colmatam toda a sua parcela, polo que disponhem de espaços livres utilizáveis como esplanadas. Trata-se de espaços às vezes abertos diretamente ao espaço público, como a cafetaria Copacabana nos jardins de Méndez Núñez ou novos locais de estrada-rua como o McDonald's ou o Burger King na Agrela, que mostram como nem sequer dependem do acesso a umhas vistas especiais ou a um contexto urbano consensualmente agradável.

Às vezes, estes espaços estám desenhados para que seja necessário atravessar o local como filtro para

Os edifícios que incluem espaços ao ar livre na parcela ou áreas abertas nas próprias construçons representam umha nova possibilidade no contexto do capitalismo imobiliário espanhol

Bar Larada, Malpica.
iago carro

aceder a eles, em casos como a cafetaria-discoteca Moon 57, em Sam Roque de Fora. Nesta mesma categoria, nom podemos deixar de mencionar dous espaços já desaparecidos, mas que permanecem na memória coletiva da cidade: a esplanada arvorada da cervejaria Estrella Galicia nos Quatro Caminhos, situada junto à que era a fábrica até inícios dos anos 70, e a esplanada com piscina da discoteca Pachá, aberta até meados dos anos 90 nas Júvias de Arriba.

Outra variante desta primeira tipologia é a reutilizaçom de instalaçons com outras atividades prévias que dispunham de espaços livres, de modo que os novos locais hoteleiros usam estas superfícies como esplanadas. Seriam os casos da vinhoteca-cervejaria La Brújula, em Marçám, ou do pub El Guateque, na Agrela.

Além deste primeiro tipo e das suas variantes encontramos múltiplas possibilidades. Desde locais com umha entrada tradicional configurada como um espaço livre emparreirado que hoje se usa como esplanada –seria o caso do Café-bar La Parra em Monte Alto ou do restaurante Calixto em Santa Cruz– até edificaçons complexas com espaços livres em cotas altas e com umha certa condiçom de miradouros. Este último seria o caso do bar O Portiño, junto ao porto de Sam Pedro, a tasca A Toquera nas Júvias, o café-restaurante La Pérgola no Castro de Elvinha, o café-miradouro Atalaya nos Jardins de Méndez Núñez ou o novo Burger King na avenida da Passagem. Também podem aparecer esplanadas de uso coletivos em cotas altas dentro de edificaçons em altura, como no Casino Atlántico nos jardins de Méndez Núñez, no restaurante Pescador em Portonovo ou na cafetaria do albergue Arraigos em Melide.

A lei anti-tabaco aumentou sensivelmente a diversidade formal dos locais de hotelaria e a sua relaçom com a rua, até o ponto de que a vida nas cidades melhorou com esta mudança

A última das tipologias detetadas está baseada numha estratégia maravilhosa: a ocupaçom com as esplanadas dos locais de terrenos e parcelas nom edificadas, normalmente num espaço contíguo, como acontece na cervejaria Conde no bairro da Milagrosa em Lugo ou no café-bar Pastor em Sárria. Mas às vezes acontece que estas esplanadas se situam frente ao local, como no café-bar Larada em Malpica. Cumpre ressaltar que esta forma de criaçom de espaços livres vinculados à hotelaria, que por desgraça é cada vez mais impensável nos centros das cidades, é umha das múltiplas possibilidades de uso que oferecem os tecidos urbanos de edificaçom descontínua, mui comuns na Galiza, mas mediaticamente doestados como simples “paisagens de medianeiras”.

Ainda que som muitos os problemas associados aos locais de hotelaria da perspetiva da precariedade laboral, da convivência cidadá, da crítica feminista ou do modelo de lazer-consumo que fomentam –por indicar só alguns exemplos de questons em debate na atualidade– trata-se dumha peça material importantíssima como espaços estanciais de sociabilidade dentro da diversidade de lugares e atividades a que aspira umha cidade interessante. A apariçom dum novo limite alheio ao mundo do urbanismo aumentou a sua diversidade formal e a sua relaçom com a rua dum jeito mui sensível, até o ponto de poder afirmar que a vida nas cidades melhorou com esta mudança também da perspetiva urbanística.

Enquanto umha boa parte do grémio está apanhado no buraco do urbanismo legal e imobiliário, ou entretido na luita contra o chamado “feismo” das cores das vivendas e dos fechos-sommier, o sistema Estado-Mercado segue a gerar bolhas e processos urbanos contra o direito à cidade. O Ministério da Saúde, por seu turno, é quem se ocupa agora de melhorar a urbanidade do território.

Fotograma do vídeo promocional de 'Emigrantas'.

ARTES CÉNICAS /

Emigrantas: um diálogo dançado da diáspora

raquel c. pérez
raquelceciliaperez@novas.gal

Kirenia Martínez codirige um espetáculo fruto de meses de trabalho em que se abrírom uma serie de interrogantes sobre a quinta vaga migratória galega. Com esta peça, convida-se às espetadoras a tratar de entender os por que de quem marcha, quem fica e quem chega à Galiza do século XXI.

No passado 22 de fevereiro os números da última diáspora galega dançárom no cenário. Figérom-no através dos corpos de Esther Latorre, bailarina que se formou na Alemanha e retornou logo à terra, e de David Loira, coreógrafo e bailarino emigrado também no país germano. Ambas formam o elenco de *Emigrantas*, um projeto de dança codirigido por Kirenia Martínez e o Centro Coreográfico Galego que pom o foco nos fluxos migratórios que sucedérom o terremoto político e económico que foi a crise de Lehman Brothers, nos EUA, em 2008.

"A emigraçom tratou-se nas artes cénicas, mas nom se falara da última geraçom emigrada e à qual eu pertenço, a das pessoas que hoje tenhem entre 35 e 45 anos", conta por telefone Uxío Novoneyra, um dos impulsores junto com a sua irmá, Branca Novoneyra, de *Emigrantas*. "É umha emigraçom que tem umha natureza diferente à de começos do século XX que partiu a América do Sul ou a de meados de século, com destino a outras regions europeias", comenta.

emigrantas

De facto, a equipa está integrada por pessoas que migrárom nalgum momento das suas vidas. Nom só as bailarinas, senom também a coreógrafa Kirenia Martínez, de origem cubana; a música argentina afincada em Vigo, Babykatze, ou a viguesa ex-emigrada a Austrália, Lucila Campos. Na equipa também participam o fotógrafo Bruno Baw, Jandro Villa na guarda-roupa, Niko Alvarellos no desenho gráfico ou Lía Pérez nas traduçons.

Emigrantas é, ante todo, diálogo constante com as espetadoras. Quando a peça arranca e surge a voz de Novoneyra dos alto-falantes umha série de interrogantes deixam o seu eco no ar: "Como nos sentimos as que marchamos fora? As que ficamos? As que retornam? Sentimo-nos exiladas?". Assim, o projeto procura um discurso próprio que debulhe e explique as múltiplas causas da atual diáspora, longe da conceçom clássica das migraçons galegas. Porem, nom ficam no esquecimento. Estám presentes na conceçom da obra e também tenhem espaço na sua representaçom.

O projeto procura um discurso próprio que debulhe e explique as múltiplas causas da atual diáspora, longe da conceçom clássica das migraçons galegas

Contar as cifras

Como debulhar as múltiplas causas que empurram as pessoas a marcharem da sua terra? Para contar a quinta vaga migratória, na qual entre 47.105 pessoas dos 20 aos 39 anos abandonárom a Galiza, o projeto contou com a colaboraçom da investigadora da Universidade da Corunha (UDC) Kenia Espiñeira.

Espiñeira pertence ao Equipo de Sociologia das Migraçons Internacionais. As suas pesquisas fôrom transformadas por Branca Novoneyra no texto condutor de *Emigrantas*. A peça fala dum fluxo migratório "multipolar e multi-causal", ms fazendo finca-pé em quem abandonou a Galiza "na procura de contextos laborais mais favoráveis".

Entre a dança de Latorre e Loira, com umha música eletrónica em que se escuita o ritmo de muinheira dumha pandeireta no meio da peça, a voz de Novoneyra e das bailarinas tecem umha narrativa que une contexto e emoçom. Com especial crueza, quem dança lembra ao público as dificuldades que pode atravessar quem vive "fora" do seu país, quem trata de adaptar-se a umha cultura, a um idioma diferentes. Quem caminha com passaporte na mao ou com a nacionalidade na ponta da língua.

"Contar juntas" e tender pontes de diálogo é a proposta deste projeto. Explica Uxío Novoneyra que o público prioritário "som as comunidades de emigrantes que vivem na Galiza e as galegas que residem no exterior". "Vamos fazer a estreia em Londres, no contexto da saída do Reino Unido com o Brexit; também em Madrid, umha grande captadora da fuga de cérebros da nossa geraçom. Tentaremos cuidar a distribuiçom exterior nas comunidades de galegos fora, que já era umha teima do meu pai, Uxío Novoneyra".

Emigrantas só acaba de despegar, somando um passo mais na compreensom e troca de vivências, sentimentos, anedotas e pensamentos sobre a última diáspora dum povo em movimento.

Vam 83 anos do fuzilamento de Joám Jesus Gonçales e cumpre falarmos da Uniom Socialista Galega, a primeira organizaçom política abertamente independentista e marxista da nossa história

Que fazia a esquerda independentista galega dos anos 30?

césar caramês
www.galizalivre.com

Umha das caricaturas mais recorrentes na narrativa historiográfica do regime espanhol, na sua vertente autonomista, constitui-a a do arredismo ideologista e arroutado. Assim, existiria um galeguismo maioritário racional e bom, sempre autonomista-federalista e centrado nas necessidades concretas do país e no trabalho institucional. Um nacionalismo domesticado e subsumível polo relato da "esquerda" espanhola. Por contra, esse mesmo galeguismo, às vezes, daria em arredismos inesperados que os cronistas académicos da autonomia reduzem sempre ao visceral e mesmo ao verbalismo. De novo o escravo doméstico perante o cimarrom do paradigma colonial que assinala de onde se enuncia essa narrativa. Quiçá a República Galega de 1931 e a Uniom Socialista Galega suponham dous dos exemplos mais ilustrativos desta manipulaçom.

Vam 83 anos do fuzilamento de Joám Jesus Gonçales e cumpre falarmos da Uniom Socialista Galega, a primeira organizaçom política abertamente independentista e marxista da nossa história. Para as poucas pessoas que ouvírom dela, a visom deformada que se lhes transmitiu provoca que imaginem um núcleo minúsculo de *freaks* a repetirem ideias radicais e a dificultarem a luita polo estatuto do Partido Galeguista. Por isso a primeira surpresa aparece quando descobrimos que os arredistas fôrom dos mais entregados na campanha estatutista. Entendiam-no como um passo imprescindível naquele caminho. Também, os seus vínculos de classe forneciam-os de umha visom mui pouco idealista ou ideologista. Um pragmatismo que levou o Joám Jesus a ameaçar com a luita armada da mao do campesinhado quando se paralisou o processo estatutário em começos do Biénio Negro, em 1933. E nom botava por fora, quando se deu o golpe fascista, o 18 de Julho de 1936, apareceu com cinquenta milicianos organizados e armados às suas ordens.

Porém, a melhor maneira de racharmos a deformaçom histórica e o desconhecimento é indo às fontes. Que imagem recebiam as galegas e galegos daquele momento do labor destes arredistas marxistas? Escolhamos, por exemplo, um mês, de novembro a dezembro em 1932.

O dia 6 de Novembro, '*El Pueblo Gallego*' reproduzia a postura oficiosa do PSOE, publicada em '*El Socialista*', sobre a Uniom Socialista Galega: "Em Santiago iniciou-se um movimento de caráter mais ou menos legitimamente obreiro, que se abeira num apelido socialista e que tenta espalhar a sua organizaçom polas quatro províncias galegas. (...) Som gente alheia às nossas organizaçons". Por isso o socialismo hispano nom duvidava em utilizar o argumento pseudo-internacionalista: "Nom é política nem táctica socialista, (...) é umha reaçom contra o movimento de uniom proletária, essência, em definitiva, do nosso partido". Está claro que um chisco sim que molestavam ao PSOE anti-autonomista posterior ao Congresso de Monforte de 1931. A xenreira do final do artigo evidencia ainda mais: "Os

nossos simpatizantes ham fazer bem ao ter em conta as apreciaçons que antecedem e, por tanto, examinando bem as questons que sob essa receita de Uniom Socialista Galega se podem suscitar". Em definitiva, um PSOE estarrecido pola potencialidade da nova formaçom difamava-a mesmo em Madri.

Na resposta da USG em '*El Compostelano*' reafirmavam-se em que se pode ser internacionalista sendo só galegos, sem submeterem-se ao projeto nacionalista espanhol. Já que a USG "nom interpreta nem ama nem quer, efetivamente, o socialismo de Madri desde o lamentável Congresso de Monforte. Mas que se sente cada vez mais europeia e por tanto mais marxista". Assim, o socialismo arredista "interpreta e tenta semear na Galiza o socialismo tal e como o concebírom Marx e Engels". Também assinalam a importância da composiçom de classe nas suas filas frente às direçons burguesas do PSOE e aos arribistas que se lhe incorporárom.

Em 26 de Novembro, '*El Pueblo Gallego*' recolhia esta nova. "O vindouro domingo, patrocinado pola USG, há ter lugar umha reuniom (...) para tratar o conflito que lhes surgiu aos vizinhos da zona livre pola intransigência da Gestión de Arbitrios, que pretende fazer efetivos supostos atrasos pola via executiva." Ao dia seguinte também *El Compostelano* dava conta da noticia: "Figérom uso da palavra D. Joám Jesus Gonçales, D. Anjo Valcarcel, D. José Ramom Garabal, o presidente da comarcal e outros. Acordou-se apresentar-lhe umha moçom à Alcaldia que ham subscrever todos os presidentes e representantes dos sindicatos pedindo que fiquem sem efeito as execuçons de embargo iniciadas na freguesia de Arins." O dia 30, '*El Pueblo Gallego*' publicava a nota de imprensa enviada pola USG: "A reuniom tivo lugar com o mais brilhante dos sucessos e assistírom mais de duzentos representantes da organizaçom agrária.(...)Acordou-se igualmente, no caso de pretenderem embargar os valentes labregos de Arins, deixar de acudir ao mercado para assim vencer a resistência de quem for, quando se deixarem de perceber por arbítrios as 400 pesetas diárias que os labregos pagam". A USG organizava umha greve como vanguarda das sociedades agrárias da bisbarra compostelá.

Porém, o mesmo 26 de Novembro, '*El Pueblo Gallego*' publicava também outra notícia que falava dum mitim pro-estatuto da USG em Lestedo esse dia, mas também da repressom contra aqueles audazes arredistas: "Como se lembrará este mitim tinha que ser realizado o passado dia 13, mas foi suspendido por baixos manexos caciquis. Há ter lugar hoje por vontade reiterada dos labregos daquele concelho que reagírom contra o atropelo do que figérom vítima este partido". Numha nota anterior no mesmo jornal, em 17 de Novembro, dá-se mais infomaçom: "Quando começava o mitim apareceu umha parelha da Guardia Civil portadora dum ofício do alcaide de Boqueixom em que se lhe ordenava à parelha que evitasse por todos os meios o mitim anunciado". O texto concluia: "A opiniom galega, os republicanos de coraçom e boa fé, darám-se perfeita conta do que isto significa em plena campanha autonomista. Contra este género de perseguiçons, Galiza inteira, como figérom os labregos de Boqueixom em Lestedo, há saber protestar com energia".

Bandeira-da USG sobre a tumba de Joám Jesus Gonçalves.

A proposta da USG nas eleiçons estatais de 1933, foi apresentada claramente como independentista frente à moderaçom do Partido Galeguista

O 6 de Dezembro, '*El Eco de Santiago*' publicou umha nota de imprensa sobre os acordos do Comité Central da USG. O primeiro, comemorar a morte de Pardo de Cela na Frouxeira. Depois, realizar quatro grandes mitins pro-estatuto em Ourense, Vigo, Lugo e Ponte Vedra. Dizia-se também que o crego de Arçua, José Santos Quintela, acabava de ingressar na organizaçom. Ele será quem organize um mitim pro-estatuto com 3000 labregos da sua bisbarra dous meses depois, como recolhe '*El Compostelano'* do 8 de Fevereiro de 1933. Na nota de imprensa de Dezembro também aparece que se constituírom 30 comités paroquiais da USG em Ourense e Ponte-Vedra e que 12 sociedades agrárias se integrárom na Uniom Gremial da Galiza, primeira tentativa dum sindicalismo de classe nacional vinculado à USG. Do mesmo jeito, anunciava-se que um membro de Unió Socialista de Catalunya, partido também soberanista e socialista naquele país, havia viajar à Galiza para apoiar a USG na campanha estatutista.

O contraponto da caricatura espanholista sobre o independentismo galego oferece-o o ideologismo esteticista que pode acusar de possibilismo qualquer pragmatismo consequente. Assim, devemos lembrar que a proposta da USG nas eleiçons estatais de 1933, foi apresentada claramente como independentista frente à moderaçom do Partido Galeguista. '*El Compostelano*' publicou em 2 de Novembro de 1933 que a candidatura da USG era a única pola "liberdade completa e independência da Galiza". Apresentar-se tam cedo às eleiçons era um erro que nom desejava cometer a direçom da USG, mas que assumiu pola pressom entusiasta das suas bases.

Este artigo é umha versom editada. O texto pode ler-se na íntegra na web *www.galizalivre.com*.

galiza contrainfo

O Merdeiro: oito décadas de ostracismo e umha de recuperaçom

alba moledo ucha

Um gorro em forma de galinha ou porco, com adornos pouco discretos ou feitos de tela de saco mal cosida; a camisa por fora; um farol caraterístico dos camponeses que se encarregavam de limpar a cidade polas noites, e a face agachada baixo umha careta que procura o medo e o respeito nos viajantes. Assim som as quatro caraterísticas básicas do Merdeiro tradicional, segundo recolhe Xerardo F. Santomé no livro 'O Merdeiro: un personaxe do entroido vigués', editado em 2006. Trata-se da primeira publicaçom íntegra sobre o Merdeiro viguês, impulsada pola Asociación Cultural e Veciñal Casco Vello e polo centro social A Revolta, que a princípios dos anos 2000 começaram a trabalhar pola recuperaçom desta personagem, que hoje se voltou imprescindível nas ruas do entruido viguês mais tradicional.

O Merdeiro nasce no Berbês como umha figura criada polos marinheiros para fazer burla daqueles chegados do rural e que acudiam à zona para recolher o escabiche, que lhes serviria para abonar os campos. Portanto, a sua indumentaria baseava-se na exageraçom da vestimenta labrega e, o seu comportamento, numha imitaçom burlesca do que para eles representava a vida do escabicheiro. Fôrom substituindo o farol pola vara e as tripas de peixe que guindavam pola farinha. Mas, o seu jeito de atuar, segue conservando a mesma essência.

A data exata da primeira apariçom do Merdeiro no Entruido viguês é ainda umha incógnita sem fácil resoluçom, mas a sua presença já era umha constante nos entruidos anteriores ao século XIX. Santomé descreve o nascimento do Merdeiro como um fenómeno "tam ambíguo coma o próprio nascimento do carnaval na Galiza ou em qualquer outra comunidade". Mas, o que está claro, é a data da sua desapariçom: uns anos antes da Guerra Civil espanhola de 1936, quando há constância de bandos da Alcaldia que advogavam pola proibiçom da figura do Merdeiro em favor dum 'carnaval' mais burguês. Um aspeto em que os meios de comunicaçom tivérom umha grande responsabilidade, devido à crítica constante da que era objeto esse chamado entruido de rua que assumia o Merdeiro, máximo representante da desordem e da manifestaçom canalha.

O trabalho impulsado polo C.S. A Revolta e pola Asociación Cultural e Veciñal Casco Vello fijo possível que em 2006, trás oito décadas no ostracismo, tivesse lugar a saída dum primeiro grupo de Merdeiros ás ruas do Casco Velho viguês. Os primeiros obradoiros e assembleias dérom origem a umha nova visom do Entruido no Vigo do século XXI, em que nom só há que falar do Merdeiro, senom também da Merdeira, a completa marginada em tuda esta história. Se bem que o primeiro grupo de merdeiras e merdeiros que saírom à rua em 2006 nom o tivérom fácil, a tradiçom foi-se assentando nos anos posteriores, onde os coletivos melhorárom a sua logística e organizaçom. O desenho das caretas, elaboradas polo artesám Pancho Lapeña representou, desde o princípio, a devoluçom da sua identidade a umha figura histórica sem a que hoje, nem o Entruido viguês seria Vigo, nem Vigo poderia falar de Entruido. Só de carnaval.

CENTROSOCIAIS

COMPOSTELA/
O PICHEL
Santa Clara
CASA DE SAR
Curros Enríquez

VIGO/
A COVA DOS RATOS
Romil
DISTRITO 09
Coia
FAISCA
Calvario
A REVOLTA DO BERBÊS
Rua Real

OURENSE/
CSO A KASA NEGRA
Perdigom
A GALLEIRA
Praça Sam Cosme

SALZEDA DE CASELAS/
O MATADOIRO
Senda do rio Landres

RIBEIRA/
CSA O FERVEDOIRO
Rua Mendes Nunes

LUGO/
CS MADIA LEVA
Serra dos Ancares
CS VAGALUME
Rua das Nóreas

A CORUNHA/
CS A COMUNA
Doutor Ferrant
CS GOMES GAIOSO
Marconi
ATENEO LIBERTÁRIO XOSÉ TARRIO
Gil Vicente

FERROL/
CS ARTÁBRIA
Trav. Batalhons
ATENEO FERROLAN
Magdalena

NAROM/
CS A REVOLTA DE TRASANCOS
Alcalde Quintanilla

ALHARIZ/
CSA CAMBALHOTA
Caminho do Castelo

A GUARDA/
O FUSCALHO
Frente a Atalaia

PONTE D'EUME/
LS DO COLECTIVO TERRA
Boa Vista
CSOA A CASA DA ESTACION
Avda. Ferrol

BURELA/
CS XEBRA
Leandro Curcuny

PONTE VEDRA/
LICEO MUTANTE
Rosalia de Castro
O QUILOMBO
Princesa

CANGAS/
A TIRADOURA
Reboredo

CASTROVERDE/
A CHAVES DAS NOCES
Sam Juliam de Pereiramá

SÁRRIA/
BURIL
Travessia da Rua Nova

O QUE FAZER?

JORNADAS FEMINISTAS ANTICARCERÁRIAS. Na sexta-feira 28 projeta-se 'Leonera' de Pablo Trapero. Ao longo do sábado 29 decorrerám as palestra da advogada Natalia Torres, do Coleutivu Millenta Muyeres e da advogada Yolanda Ferreiro. Polas 14h, haverá jantar polo preço de 4 euros.
CSA A COVA DOS RATOS, VIGO
SEXTA-FEIRA 28 E SÁBADO 29 DE FEVEREIRO

MANIFESTAÇOM NACIONAL DO FEMINISMO. O coletivo galegas 8M convoca em Verim a manifestaçom nacional prévia ao 8 de março. O percurso da manifestaçom rematará na Praça Maior, onde se lerá o manifesto e onde de tarde se celebrará umha foliada feminista.
IES XESÚS TABOADA CHIVITE, VERIM.
DOMINGO 1 MARÇO ÀS 12H

JORNADAS 'LUGO SEM MORDAÇAS'. No mês de março desenvolve-se o terceiro ciclo das jornadas 'Lugo sem Mordaças', que neste ano tenhem o título de 'Preservar a comunidade: direitos, alternativas de convivência e saúde'. As duas primeiras palestras correrám a cargo de Mari Fidalgo, –na terça 10– que falará sobre a proposta da Renda Básica das Iguais, e de Rosa Cerqueiro, –na terça 17– quem exporá o tema 'A saúde mental na encruzilhada: os direitos humanos como soluçom coletiva'. Mais informaçom sobre este ciclo de palestras em lugosenmordazas.noblogs.org.
IES LUCUS AUGUSTI, LUGO
TERÇAS-FEIRAS 10 E 17 DE MARÇO ÀS 20H

isto nom é um periódico

nas tuas maos tes umha ferramenta
feita com o trabalho de muitas pessoas que cada mês fam a sua achega à construçom dum meio próprio, que acompanhe a galiza que se move e abra fendas nas estreitas paredes do discurso dos poderes.

mas esse trabalho, do jornalístico à distribuiçom, move-se graças ao motor da nossa comunidade de leitoras. desde a aposta firme na independência informativa, as subscriçons som a garantia de mais e melhor informaçom crítica, mais e melhor novas da galiza.
por isso, está também na tua mao.

fai-no possível
em www.novas.gal/loja

Xurxo Fernández
professor de português

“Ensinar português é um desafio e uma oportunidade”

portal galego da língua

Xurxo Fernández Carballido é professor de português e de galego para não falantes do Centro de Línguas Modernas da Universidade de Santiago de Compostela. A sua tese, ‘O ensino da língua portugesa na Galiza’, é fruto de uma investigação em que analisa a presença do português no nosso sistema educativo, que qualifica como “deficitária”.

Asseguras que o ensino desta língua é uma prioridade coletiva para a Galiza. Por que?
Ensinar português na Galiza, mesmo com a rotulagem de língua estrangeira, é um desafio e uma oportunidade. Estamos a falar de uma realidade muito próxima e da qual podemos tirar proveito não só do ponto de vista linguístico. Desafiar os estudantes para que conheçam a realidade portuguesa e, por extensão, a de outros espaços onde se fala português, com todas as suas contradições, evidentemente, é muito mais fácil para um galego.

Estou muito surpreendido pela repercussão mediática e social da minha tese, não deixa de ser um trabalho académico. Isto só pode significar que o tema está na agenda pública da Galiza e que os pesquisadores devemos dar o nosso contributo desde o rigor e o empenhamento construtivo.

Que valoração detetas-te entre as alunas e alunos?
O ensino do português tem maior presença no ensino não obrigatório e entre pessoas adultas –universidades, centros de línguas modernas e escolas oficiais de idiomas–, pelo contrário, a presença no primário é mínima e em ESO, em Bacharelato e em FP a oferta fica muito aquém do desejável.

Há dinâmicas geracionais, grupais, a influência das mães e pais nas escolhas das disciplinas, o interesse do próprio centro educativo em promover o português que é muito difícil de analisar. Por isso é fundamental que a Conselharia de Educação se implicasse em promover o ensino do português.

O governo galego não contemplou mais vagas de português no anúncio da nova convocatória de emprego público. És otimista a respeito do labor do executivo neste campo?
Em 2019 as pessoas não estavam à espera e foi recebida com muita alegria a convocatória de 4 vagas. Porém, numa perspetiva mais abrangente, é uma quantidade insuficiente para alicerçar e promover o português no sistema educativo galego. Agora em 2020 era uma grande oportunidade para consolidar e alargar essa presença, mas, por enquanto, não temos boas notícias.

Que medidas fazem falta?
A Conselharia de Educação conhece perfeitamente as medidas necessárias para consolidar e promover o português no sistema educativo galego, aliás, tem o referente do trabalho desenvolvido pela Junta de Estremadura. De facto, a Associação de Docentes de Português na Galiza (DPG) apresentou em muitas ocasiões iniciativas que melhorariam a presença do português no sistema educativo galego, obrigatório e não obrigatório, formal e não formal. O que faz falta é vontade em desenvolvê-las e aplicá-las.

Calendários

Iolanda Aldrei

No ano 1897, Alphonse Roux lavrava a terra num lugar de Coligny chamado Verpoix, quando deu com os fragmentos de uma placa de bronze que tinha sido criada no fim do século I d. C. Nela, gravados com letras latinas e escritos numa língua celta, apareciam os nomes dos meses e os sinais dos dias e das quinzenas de um calendário lunisolar galo.

Semelha que na altura em que o Império Romano consolidava o uso nas Gálias do calendário solar juliano, os druidas ambarros quiseram preservar o jeito em que o seu povo interpretava o ciclo dos astros, o ritmo da vida, e talvez também Alphonse Roux descobriu o que conhecemos como Calendário de Coligny nuns dias singulares, em que a indústria começava a marcar novos ritmos para a humanidade e explorava sem piedade os dons da Terra.

Nos momentos em que o latejo do nosso planeta é forçado, a necessidade de tomar consciência do passo do tempo é um jeito de reivindicar o compasso da vida. A medição dos abrires e fechares de olhos do planeta, dos bocejos intermitentes, das expansões e dos descansos da flora, é a constatação de um existir.

Este ano puxa para muitas de nós num almanaque de força e vontade contra mais um dos projetos mineiros que ameaçam as nossas águas, os nossos campos e o nosso ar. As boas gentes da Plataforma Mina Touro-O Pino NON souberam costurar versos nascidos para um ato de homenagem a Moncho Valcarce e deixar cada mês florescido com a melhor expressão da humanidade. Semelha que o tempo acolheu os bens das palavras e que a voz de Verónica Martínez, que apresenta este mês de fevereiro, ecoou no seu “miro à fronte e digo, basta!” a sentença do povo, refletida nos resultados da Declaração de Impacto Ambiental negativa e no que parece, por agora, o fim da ameaça.

Mais um ciclo de resistência... e seguimos.